



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM REDE NACIONAL
PARA ENSINO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS-PROFCIAMB-UEFS**



EDICACIO SOUZA DE JESUS

**SABERES TRADICIONAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE VÃO DAS
PALMEIRAS, SEABRA-BA: UMA ABORDAGEM DA CULTURA FUMAGEIRA**

**Feira de Santana
2025**

EDICACIO SOUZA DE JESUS

**SABERES TRADICIONAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE VÃO DAS
PALMEIRAS, SEABRA-BA: UMA ABORDAGEM DA CULTURA FUMAGEIRA**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Feira de Santana, como parte das exigências do Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais, área de concentração em Ambiente e Sociedade, para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof. Dra. Consuelo Lima
Navarro de Andrade

Coorientador: Prof. Me. Nildon Carlos
Santos Pitombo

**Feira de Santana
2025**

Ficha catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteadó - UEFS

J56s Jesus, Edicacio Souza de
Saberes tradicionais da Comunidade Quilombola de Vão das Palmeiras,
Seabra-BA: uma abordagem da cultura fumageira / Edicacio Souza de
Jesus. - 2025.
96f.: il.

Orientadora: Consuelo Lima Navarro de Andrade
Coorientador: Nildon Carlos Santos Pitombo

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana.
Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das
Ciências Ambientais (PROFCIAMB), 2025.

1. Quilombo. 2. Identidade cultural. 3. Práticas agrícolas. 4.
Documentário. 5. Comunidade Quilombola de Vão das Palmeiras.
I. Andrade, Consuelo Lima Navarro de, orient. II. Pitombo, Nildon Carlos
Santos, coorient. III. Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa
de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências
Ambientais. IV. Título.

CDU: 39(814.22)



EDICACIO SOUZA DE JESUS

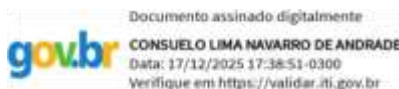
SABERES TRADICIONAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE VÃO DAS PALMEIRAS, SEABRA-BA: UMA ABORDAGEM DA CULTURA FUMAGEIRA

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Feira de Santana, como parte das exigências do Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais, para a obtenção do título de Mestre em Ensino de Ciências Ambientais.

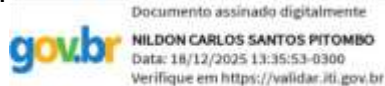
Área de Concentração: Ambiente e Sociedade

Aprovado em 17 de dezembro de 2025.

BANCAEXAMINADORA



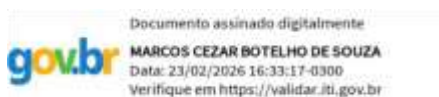
Orientadora: Prof Dra Consuelo Lima Navarro de Andrade - UEFS



Coorientador: Prof. Me Nildon Carlos Santos Pitombo –UEFS



Prof. Dr. José Welton Ferreira dos Santos Junior – UNEB



Prof.Dr.Marcos Cezar Botelho de Souza – UEFS

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Maria Sebastiana Longuinho Souza de Jesus, pela força, amor incondicional e ensinamentos que moldaram quem sou. Sua dedicação e sabedoria sempre foram minha maior inspiração.

À Comunidade de Vão das Palmeiras, por me acolher, ensinar e compartilhar seus saberes. Esta pesquisa é, antes de tudo, um tributo à riqueza de sua cultura, à resistência de seu povo e à beleza de sua história.

Com gratidão e respeito,

Edicacio Souza de Jesus.

“Ainda que simples mortais, a marca de criatividade é nossa "griffe" em qualquer trabalho de investigação.”

MINAYO, Maria Cecília de Souza. 2001.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por iluminar meu caminho, concedendo-me força, sabedoria e serenidade para chegar até aqui. Em cada desafio e conquista, senti Sua presença guiando meus passos e renovando minha fé.

A todas as pessoas da Comunidade Quilombola de Vão das Palmeiras, pelo acolhimento generoso, pela partilha dos saberes e pela disponibilidade em contribuir com esta pesquisa. Cada gesto de confiança e cada conversa foram fundamentais para a construção deste trabalho e para o fortalecimento do compromisso com a valorização dos saberes tradicionais.

Aos participantes da pesquisa, que se dispuseram a compartilhar suas experiências, memórias e conhecimentos, registro minha profunda gratidão. Suas vozes são o alicerce desta investigação e inspiram o reconhecimento da importância da cultura quilombola na Chapada Diamantina.

Agradeço à Prefeitura Municipal de Seabra, por meio da Secretaria de Ação Social, pelo apoio concedido, especialmente com o meu deslocamento até a comunidade, o que possibilitou o desenvolvimento das atividades de campo.

Expresso minha sincera gratidão à minha orientadora, Professora Dr^a Consuelo Lima Navarro de Andrade, pela orientação cuidadosa, pelas contribuições acadêmicas e pela sensibilidade em cada etapa deste trabalho. Sua paciência, incentivo e comprometimento foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao meu coorientador, professor Me. Nildon Carlos Santos Pitombo, pelas valiosas contribuições e pelo acompanhamento atento em cada fase deste estudo.

Por fim, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB), pela oportunidade de aprofundar os estudos e pela formação interdisciplinar que fortalece o diálogo entre ciência, educação e comunidade.

A todas e todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, deixo meu sincero reconhecimento e gratidão.

RESUMO

A Comunidade Quilombola de Vão das Palmeiras, localizada no município de Seabra, na Chapada Diamantina, Bahia, destaca-se por sua relevância cultural, histórica e ambiental. Esta pesquisa participante, de abordagem qualitativa e de técnica exploratória, teve como objetivo central investigar os saberes tradicionais da comunidade, o que resultou em maior enfoque para o cultivo do fumo. Uma vez que esta cultura permanece como importante estratégia de geração de renda em Vão das Palmeiras. Na etapa do diagnóstico, foram realizadas observações, aplicação de questionários, roda de conversa e entrevistas individuais semiestruturadas com moradores locais, utilizando a técnica de amostragem em rede, também conhecida como “amostragem bola de neve”. Assim, os participantes, que inicialmente foram entrevistados, indicaram outras pessoas da comunidade para participarem da pesquisa. Para a análise dos dados, utilizou-se a técnica de Análise de Conteúdo, a fim de compreender as percepções dos participantes. O conteúdo foi analisado detalhadamente, permitindo organizar os resultados em cinco categorias: principais culturas agrícolas, práticas produtivas, aspectos econômicos, memória e tradição agrícola, além de políticas e impactos sociais. A pesquisa permitiu a constatação que, apesar da redução no consumo e das políticas de combate ao tabagismo, o fumo permanece tanto como fonte de renda, quanto mantém sua relevância cultural e identitária, transmitida entre gerações. As práticas agrícolas observadas revelaram o predomínio do uso de adubos orgânicos, técnicas tradicionais de preparo, colheita e cura do fumo, ainda marcados pelo trabalho coletivo e pela transmissão intergeracional dos saberes. Entre os desafios destacam-se a escassez de chuvas e as pragas, especialmente as lagartas, identificadas, assim, como limitações à viabilidade produtiva. Também foram registradas práticas culturais e religiosas, como o Terno de Reis e o uso de plantas medicinais, que reafirmam a identidade e o modo de vida comunitário. Os resultados subsidiaram a elaboração de um documentário intitulado, “Saberes Tradicionais da Comunidade Quilombola de Vão das Palmeiras, Seabra-BA: uma abordagem da cultura fumageira”, produzido como parte desta pesquisa. O documentário permitiu registrar e valorizar esses saberes tradicionais, além de reforçar o caráter participativo do estudo. Dessa forma, a pesquisa não apenas alcançou seus objetivos, como também contribuiu para a preservação da memória coletiva, fortalecendo a identidade cultural e o reconhecimento dos saberes tradicionais do Vão das Palmeiras.

Palavras-chave: Quilombo; Identidade cultural; Práticas agrícolas; Documentário.

ABSTRACT

The Quilombola Community of Vão das Palmeiras, located in the municipality of Seabra, in the Chapada Diamantina region of Bahia, stands out for its cultural, historical, and environmental relevance. This participatory research, based on a qualitative approach and exploratory technique, had as its main objective to investigate the community's traditional knowledge, which resulted in a greater focus on tobacco cultivation, as this crop remains an important income-generating strategy in Vão das Palmeiras. During the diagnostic stage, observations were conducted, questionnaires were administered, and both conversation circles and individual semi-structured interviews were carried out with local residents, using the network sampling technique, also known as "snowball sampling." Thus, the participants who were initially interviewed indicated other community members to take part in the research. For data analysis, the Content Analysis technique was employed in order to understand the participants' perceptions. The content was examined in detail, allowing the results to be organized into five categories: main agricultural crops, productive practices, economic aspects, agricultural memory and tradition, as well as policies and social impacts. The research findings revealed that, despite the reduction in consumption and anti-smoking policies, tobacco remains both a source of income and a practice of cultural and identity relevance, transmitted across generations. The agricultural practices observed showed a predominance of organic fertilizers and traditional techniques of soil preparation, harvesting, and tobacco curing, still marked by collective labor and the intergenerational transmission of knowledge. Among the challenges identified were scarce rainfall and pests, especially caterpillars, which were recognized as limitations to productive viability. Cultural and religious practices were also recorded, such as the Terno de Reis celebration and the use of medicinal plants, reaffirming the community's identity and way of life. The results supported the production of a documentary entitled "Traditional Knowledge of the Quilombola Community of Vão das Palmeiras, Seabra-BA: An Approach to Tobacco Culture," developed as part of this research. The documentary made it possible to document and value this traditional knowledge, while also reinforcing the participatory nature of the study. In this way, the research not only achieved its objectives but also contributed to the preservation of collective memory, strengthening cultural identity and promoting recognition of the traditional knowledge of Vão das Palmeiras.

Keywords: Quilombo; Cultural identity; Agricultural practices; Documentary.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Categorias, temas, número de citações, material analisado e relatos. 61

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do Parque Nacional da Chapada Diamantina - Bahia.....	17
Figura 2: Mapa do Território de Identidade Chapada Diamantina	27
Figura 3: Vista superior da Comunidade Quilombola de Vão das Palmeiras	30
Figura 4: Recorte da região de Seabra-BA, Zona Urbana X Comunidade Quilombola de Vão das Palmeiras	31
Figura 5: Planta da área da Comunidade de Vão das Palmeiras titulada e seus limites (destaque em amarelo)	36
Figura 6 - Festa de Santo Reis no Vão das Palmeiras	41
Figura 7: Comunicação da pesquisa durante reunião na associação comunitária de Vão da Palmeiras.....	50
Figura 8: Roda de conversa	52
Figura 9: Preenchimento do questionário.....	53
Figura10: Grupo de participantes durante a roda de conversa.....	55
Figura 11: Sequência da técnica da Análise de Conteúdo	58
Figura 12: Casa de farinha no Vão das Palmeiras	60
Figura 13: Distribuição dos participantes entrevistados em Vão das Palmeiras por gênero e por faixa etária.	65
Figura 14: Planta do Fumo (Nicotiana tabacum) na comunidade de Vão das Palmeiras, Seabra, Bahia.....	68
Figura 15: Quintal produtivo de morador em Vão das Palmeiras, Seabra, Bahia	69
Figura 16: Estrume de porco - Quintal produtivo de morador em Vão das Palmeiras, Seabra, Bahia	70
Figura 17: Sementes de fumo de um produtor de Vão das Palmeiras, Seabra, Bahia	71
Figura 18: Canteiro de mudas - Quintal produtivo de morador em Vão das Palmeiras, Seabra, Bahia	72
Figura 19: Adubação - Roça de morador em Vão das Palmeiras, Seabra, Bahia.....	73
Figura 20: Plantio das mudas de fumo – Roça de morador em Vão das Palmeiras, Seabra, Bahia	73
Figura 21: Botões florais – Roça de morador em Vão das Palmeiras, Seabra, Bahia	74
Figura 22: Operação desfolha - Quintal produtivo de morador em Vão das Palmeiras, Seabra, Bahia	75
Figura 23: Colheita – Roça de morador em Vão das Palmeiras, Seabra, Bahia.....	75
Figura 24: Processo de secagem das folhas – Roça de morador em Vão das Palmeiras, Seabra, Bahia.....	76
Figura 25: Processo de destala manual – Grupo de mulheres moradoras do Vão das Palmeiras, Seabra, Bahia.....	77

Figura 26: Umidificação das folhas - Quintal produtivo de morador em Vão das Palmeiras, Seabra, Bahia.....	78
Figura 27: Mel de fumo - Coleta realizada por morador em Vão das Palmeiras, Seabra, Bahia	78
Figura 28: Produção da corda de fumo - Quintal produtivo de morador em Vão das Palmeiras, Seabra, Bahia.....	79
Figura 29: Processo de cura – Residência de morador em Vão das Palmeiras, Seabra, Bahia	80
Figura 30: Fumo picado, torrado e embalado para comercialização	80
Figura 31: Entrevista com Josemar – morador da comunidade.....	81
Figura 32: Card de divulgação	85
Figura 33: Exibição do documentário com os participantes da pesquisa.....	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ANCINE	Agência Nacional do Cinema
CAAE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CAF	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
CDA-BA	Coordenação de Desenvolvimento Agrário da Bahia
CEE-BA	Conselho Estadual de Educação da Bahia
CEFIR	Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa Humana da UEFS
CMDS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
CQVP	Comunidade Quilombola Vão das Palmeiras
CRQ's	Comunidades Remanescentes de Quilombos
FCP	Fundação Cultural Palmares
FUMAC	Conselho do Fundo Municipal de Ação Comunitária
ICS	Instituto Cidades Sustentáveis
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PAFE	Programa de Apoio e Fortalecimento ao Etnodesenvolvimento
PARNA-CD	Parque Nacional da Chapada Diamantina
PCT'S	Povos e Comunidades Tradicionais
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
SISGEN	Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana

SUMÁRIO

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	16
2. OBJETIVOS.....	21
2.1 OBJETIVO GERAL.....	21
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	21
3 REFERENCIAL TEÓRICO	22
3.1 PRODUÇÃO AGRÍCOLA E SABERES TRADICIONAIS: CAMINHOS EDUCATIVOS PARA O BEM VIVER	22
3.2 COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA CHAPADA DIAMANTINA	24
3.3 A CONSTRUÇÃO CULTURAL E SOCIAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS	28
3.4 VÃO DAS PALMEIRAS – TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA.....	30
3.5 VALORIZAÇÃO DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	36
3.6 A IMPORTÂNCIA DAS DISCUSSÕES ÉTNICO - RACIAIS NO AMBIENTE ESCOLAR	43
3.7 O AUDIOVISUAL COMO INSTRUMENTO DE COMUNICAÇÃO DOS SABERES TRADICIONAIS.....	44
4 METODOLOGIA.....	46
4.1 DA FUNDAMENTAÇÃO AOS PRINCÍPIOS ÉTICOS DA PESQUISA.....	46
4.2 COMUNICAÇÃO E CONVITE	49
4.3 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS PARA A COLETA DOS DADOS	50
4.3.1 RODA DE CONVERSA E QUESTIONÁRIO	51
4.3.2 ENTREVISTAS E OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE.....	55
4.3.3 ANÁLISE DOS DADOS	57
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	59
5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES	65
5.2 CULTURA FUMAGEIRA DO VÃO DAS PALMEIRAS: CICLO PRODUTIVO DO FUMO	66
5.2.1 OPERAÇÕES QUE COMPÕE O CICLO	68
5.3 DOCUMENTÁRIO: SABERES TRADICIONAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE VÃO DAS PALMEIRAS, SEABRA-BA: UMA ABORDAGEM DA CULTURA FUMAGEIRA.....	81
5.3.1 ETAPAS DE PRODUÇÃO	82
5.3.2 EDIÇÃO E PÓS-PRODUÇÃO	83
5.3.3 EXIBIÇÃO DO DOCUMENTÁRIO.....	84

6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
7	REFERÊNCIAS	88
8	APÊNDICES.....	86
	APÊNDICE I	86
	APÊNDICE II	89
	APÊNDICE III.....	90
	APÊNDICE IV	94
	APÊNDICE V	95

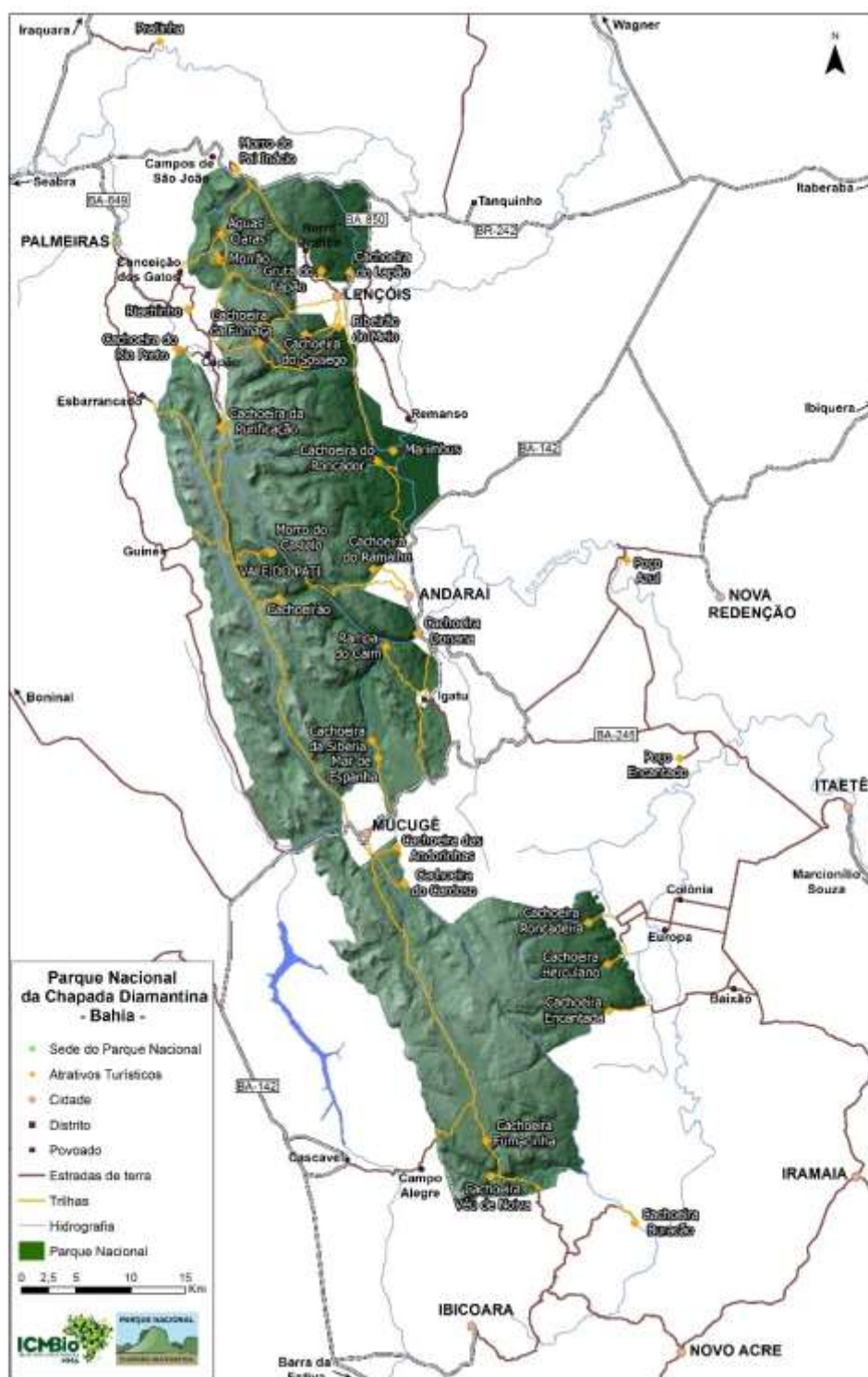
1. INTRODUÇÃO

A região da Chapada Diamantina se situa na parte Central do estado da Bahia e tem grande importância econômica e turística para o estado. Geologicamente, a região faz parte da Serra do Espinhaço: cadeia de montanhas que se estende desde a parte central do estado de Minas Gerais até o norte do estado da Bahia, ao longo de cerca de 1.200km de extensão N-S. As rochas que dão sustentação a essa cadeia pertencem ao Supergrupo Espinhaço, uma unidade litoestratigráfica que data do Éon Proterozóico e que está dividida em quatro domínios denominados, de norte a sul, de Chapada Diamantina (BA), Espinhaço Setentrional (BA), Platô do Rio Pardo (MG) e Espinhaço Meridional (MG) (Giudice, 2012).

A Chapada é uma região de grande beleza natural, caracterizada por suas formações rochosas, vegetação rica e exuberante, com muitas cachoeiras, grutas, vales, picos e uma rica biodiversidade (Pires, 2023). Giudice (2012) afirma que o surgimento do turismo na região inseriu uma nova lógica, inclusive com a criação de áreas de proteção, as “Unidades de Conservação”, que nem sempre são respeitadas.

No dia 17 de setembro de 1985, por meio do Decreto nº 91.655, foi criado, no Estado da Bahia, o Parque Nacional da Chapada Diamantina – PARNA-CD (Figura 1), com o objetivo de proteger a amostra dos ecossistemas da Serra do Sincorá, na Chapada Diamantina. Além de objetivar assegurar a preservação de seus recursos naturais e proporcionar oportunidades controladas para uso pelo público, educação e pesquisa científica, assim como contribuir para a preservação de sítios e estruturas de interesse histórico-cultural existentes na área (Brasil, 1985).

Figura 1: Mapa do Parque Nacional da Chapada Diamantina - Bahia



Fonte: ICMBIO (2017).

A Unidade de Conservação do Parque Nacional da Chapada Diamantina (PARNA-CD) possui uma área de 152.141,87 hectares, engloba três biomas: o cerrado, a mata atlântica e caatinga (Brasil, 2024) e protege uma pequena e

importante parcela da Serra do Sincorá, abrangendo a parte norte da Serra do Espinhaço (Brasil, 2018).

Cenário de grandes acontecimentos políticos e culturais, a Chapada Diamantina apresenta em seus roteiros turísticos verdadeiras viagens ao interior da história quilombola. A crença diversificada de seu povo em relação aos ritos e conexões da cultura local; da culinária ao artesanato típico e a rica biodiversidade transformam-se em um verdadeiro leque de atrativos da cultura de matriz africana. Nesse contexto, as comunidades quilombolas desempenham um papel fundamental na preservação da cultura e identidade locais, enfrentando desafios históricos e contemporâneos.

No decorrer da presente investigação, buscou-se compreender os modos de vida e os saberes tradicionais da Comunidade Quilombola de Vão das Palmeiras, considerando também as diferentes formas de expressão cultural manifestadas pelos participantes. Comentários, narrativas orais, cantos e outras representações simbólicas foram analisados como elementos significativos para a interpretação do território e da memória coletiva. Essas expressões, enquanto linguagens que articulam experiências e identidades, contribuem para ampliar a compreensão cultural local e evidenciam a importância de abordagens que valorizem esses conhecimentos.

Diante da complexidade e da diversidade dos saberes tradicionais presentes na Comunidade Quilombola de Vão das Palmeiras, situada no município de Seabra-Bahia, surge o seguinte questionamento: De que forma os saberes tradicionais do Vão das Palmeiras podem ser transmitidos às novas gerações, como ferramenta de valorização cultural e fortalecimento econômico?

São inúmeros os desafios, e o próprio termo “comunidade remanescente de quilombo” apresenta em si um conjunto de questões de ordem conceitual ainda por serem melhor discutidas e detalhadas, para que possa ser um instrumento de mediação às ações interpostas no judiciário (Leite, 2000). A falta de titulação das terras, o racismo ambiental e a necessidade de se fortalecer em uma sociedade sustentável são desafios centrais enfrentados por esse corpo social.

A Constituição Federal de 1988 estabelece importantes garantias às comunidades quilombolas e à diversidade cultural brasileira. O Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) reconhece o direito à

propriedade definitiva das terras tradicionalmente ocupadas por remanescentes de quilombos, responsabilizando o Estado pela titulação das mesmas (CPISP, 2025). Além disso, os artigos 215 e 216 da Constituição reafirmam o dever do Estado em proteger e promover os direitos culturais, reconhecendo como patrimônio cultural brasileiro os bens materiais e imateriais vinculados à identidade e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade (CPISP, 2025).

Os quilombos, conforme definidos por Reis e Gomes (1996), são comunidades formadas por negros que buscavam construir uma sociedade alternativa baseada na liberdade, como resposta à repressão da escravidão. Mesmo diante de mudanças significativas na organização interna, como a perda de referenciais africanos e a adoção de práticas sincréticas, os quilombos conseguiram manter-se ao longo do tempo. Essa permanência se explica pela adoção de estratégias adaptativas, como a mobilidade (quilombos móveis), a estruturação familiar e a criação de redes que permitiram sua multiplicação e continuidade mesmo diante das adversidades. Essa rede de quilombos e o fortalecimento de suas conexões foram fundamentais para assegurar a resistência e a sobrevivência dessas comunidades até os tempos atuais (Reis; Gomes, 1996).

A Bahia destaca-se como um dos poucos estados brasileiros que assegura, em sua constituição estadual, o direito à terra às comunidades quilombolas. O Art. 51 da Constituição da Bahia determina que o Estado deve identificar, discriminar e titular, em até um ano após sua promulgação, as terras ocupadas por remanescentes de quilombos. Esse compromisso jurídico fortalece a luta pela regularização fundiária e o reconhecimento histórico dessas comunidades. Além da Bahia, outros estados como Maranhão, Goiás, Mato Grosso e Pará também garantem esse direito constitucionalmente (CPISP, 2022).

As comunidades quilombolas preservam saberes tradicionais, conhecimentos ancestrais, técnicas de agricultura sustentável, artesanato e rituais religiosos, passados de geração em geração, e que contribuem para a diversidade cultural e o patrimônio histórico da Chapada Diamantina. Além disso, desempenham um importante papel na luta pela preservação ambiental e na promoção do desenvolvimento sustentável. Um mosaico com grande

diversidade de manifestações existentes, a cultura afrodescendente, marco singular da baianidade, abrange um trabalho artístico, social e ambiental desenvolvido pelos próprios moradores dessas comunidades. Em um contexto cultural e de ameaças constantes à preservação do patrimônio histórico, é fundamental contribuir para a ampliação da visibilidade das comunidades, a partir de um processo construído coletivamente, garantindo o reconhecimento de seus direitos e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A pesquisa também busca sensibilizar governos, setor privado e sociedade civil para a importância da preservação cultural, ambiental e dos direitos dessas comunidades. A qual permitirá uma abordagem participativa, visando não apenas documentar, como também valorizar e fortalecer a identidade e os modos de vida das comunidades quilombolas na região da Chapada Diamantina.

A partir da identificação e do registro das práticas agrícolas, do manejo ambiental do solo, do uso das plantas medicinais e de seus aspectos culturais, será produzido um documentário sobre a cultura do fumo da comunidade em estudo. Com isso, busca-se contribuir para a preservação e o reconhecimento de seus saberes tradicionais, em consonância com a proposta do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 19 (UNIC Rio, 2015), voltado à arte, cultura e comunicação, proposto em alguns contextos como uma extensão regional e complementar aos ODS globais. Nessa perspectiva, a investigação reafirma a importância de proteger as culturas tradicionais e de valorizar o conhecimento local.

Sodré (2023) afirma que o racismo no Brasil atua como um sistema simbólico que hierarquiza e deslegitima culturas e saberes negros, invisibilizando epistemologias afrodescendentes e naturalizando desigualdades, processo que o autor denomina de “fascismo da cor”. Diante disso, a relevância desse tema se manifesta tanto no âmbito acadêmico quanto no social. Do ponto de vista acadêmico, o estudo dos saberes e fazeres tradicionais das comunidades quilombolas contribui para o enriquecimento do conhecimento sobre a cultura brasileira, ampliando as perspectivas de pesquisa nas áreas de antropologia, história e sociologia. Já do ponto de vista social, a valorização desses saberes

tradicionais é fundamental para combater o racismo estrutural e promover a inclusão e a igualdade de direitos para as populações afrodescendentes.

Evidentemente, a riqueza das experiências e a fertilidade das informações coletadas na Comunidade de Vão das Palmeiras sugerem que novos estudos devam decorrer desta pesquisa, e, acredita-se que, algumas dúvidas também fertilizem a curiosidade dos leitores. Vão das Palmeiras integra uma rede de territórios quilombolas existentes no município de Seabra, a qual está, direta ou indiretamente, compondo também uma rede de territórios de comunidades tradicionais em r-existência na região da Chapada Diamantina (Barbosa, 2022).

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Investigar as práticas agrícolas e ambientais da Comunidade Quilombola de Vão das Palmeiras, na cidade de Seabra, Chapada Diamantina, Bahia.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Realizar um diagnóstico participativo com a Comunidade de Vão das Palmeiras;
- Registrar os métodos tradicionais praticados no sistema agrícola;
- Fazer uma análise crítica das categorias mobilizadas na pesquisa, considerando seus contextos ambientais, econômicos, históricos e culturais.
- Produzir um documentário, a partir das entrevistas e vivências da comunidade, contemplando os aspectos socioprodutivos identificados na relação com a produção agrícola.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Este referencial teórico trata de forma integrada temas como, produção agrícola e saberes tradicionais; comunidades quilombolas da Chapada Diamantina; a construção cultural e social das comunidades quilombolas e o território do Vão das Palmeiras como espaço de resistência, destacando, inclusive, as falas dos moradores que descrevem e historicizam o local. Além de também abordar a valorização dos saberes tradicionais, a importância das discussões étnico-raciais no ambiente escolar e o uso do audiovisual como instrumento de comunicação e engajamento.

3.1 PRODUÇÃO AGRÍCOLA E SABERES TRADICIONAIS: CAMINHOS EDUCATIVOS PARA O BEM VIVER

No cenário atual de crise climática, perda da biodiversidade em muitos ecossistemas e desigualdades sociais profundas no planeta, a busca por um modelo de desenvolvimento sustentável se torna cada vez mais urgente. A relação entre sociedade e meio ambiente precisa ser repensada de forma holística, de modo que o benefício de alguns não ocorra em detrimento de outros. Para isso, deve-se prezar pelo respeito a todas as formas de vida, além dos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais (Boff, 2012).

Sustentabilidade é equilíbrio dinâmico com o outro e com o meio ambiente, é harmonia entre os diferentes (Gadotti, 2008, p. 75). Essa visão reforça que a sustentabilidade vai além da preservação ambiental, sendo também um ideal de “bem viver”, pautado no equilíbrio dinâmico e na harmonia entre diferentes seres e saberes. Conforme afirma Ferreira (2004) a sociologia ambiental assume então uma posição significativa para estudar as divergências e conflitos sobre os diferentes usos da natureza (entendida aqui em seu sentido mais amplo, ou seja, tanto o ambiente natural quanto o construído) e as causas e a extensão dos problemas ambientais e os diversos atores envolvidos.

No contexto da sustentabilidade, é fundamental refletir sobre como a educação pode viabilizar ações formativas, na percepção da práxis, que segundo Freire (2016, p. 75), é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo, sem ela é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos. Freire (2016) lembra que a sustentabilidade não pode ser apenas um conceito abstrato ou uma agenda de boas intenções, mas deve estar enraizada em uma prática transformadora. No contexto da educação, isso significa que não basta ensinar sobre sustentabilidade; é preciso criar espaços de participação ativa, onde comunidades e educandos reflitam criticamente sobre sua realidade e atuem concretamente para transformá-la. Segundo Santos (2023):

Termos como 'ecologia' são construções conceituais da universidade que desconsideram as práticas concretas e culturais dos povos tradicionais. Para ele, nas comunidades quilombolas e em outros territórios tradicionais, não se fala em ecologia, mas sim em roça de quilombo, roça de aldeia, roça de marisqueiro, expressões que carregam identidade, pertencimento e modos de vida.

Ao questionar por que a academia não valoriza esses termos, ele afirma que:

Processos colonialistas como esses tentam nos enganar, transformando os nossos saberes em mercadoria, invisibilizando práticas como a agricultura quilombola, que não se encaixam nos moldes do conhecimento dominante. Entretanto, os humanos são os únicos animais que precisam estudar depois que chegam à fase adulta. Os pássaros, depois que saem do ninho, já sabem tudo o que precisam para viver (Santos, 2023, p. 66).

Segundo Morin de Lima (2018), os sistemas agrícolas tradicionais se caracterizam pela heterogeneidade e pelo alto nível de especialização. Esse importante patrimônio biocultural vem sendo colocado em risco diante das ameaças socioambientais provocadas por fatores ecológicos, políticos e econômicos, assentados na ênfase da “modernização” do mundo rural e no ataque aos direitos territoriais indígenas e quilombolas (Morin de Lima, et al., 2018).

O ataque e a negação dos conhecimentos tradicionalmente construídos são a face mais cruel dos colonizadores em oposição aos contra colonizadores, que resistem e afirmam suas culturas (Santos, 2015). A educação, entretanto, se torna um processo vivo, articulando teoria e prática na descolonização do

saber. Ou seja, na retomada da autonomia e na valorização dos saberes e territórios historicamente colonizados, em busca de um mundo mais justo e equilibrado.

No contexto das discussões contemporâneas sobre justiça socioambiental, o ecossocialismo emerge como uma proposta teórica e política vinculada à Educação Ambiental crítica, por compreender que as causas da crise ecológica estão diretamente relacionadas ao modelo capitalista de produção, sustentado na exploração ilimitada dos recursos naturais e na busca incessante pelo lucro.

Ao abordar o ecossocialismo, Löwy (2014) destaca sua natureza multifacetada, evidenciando como esse movimento articula diferentes visões e saberes. Uma das qualidades do ecossocialismo é precisamente sua diversidade, sua pluralidade, a multiplicidade de perspectivas e pontos de vista, e tem como objetivo fornecer uma alternativa de civilização radical, fundada nos argumentos básicos do movimento ecológico e na crítica marxista da economia política (Löwy, 2014). Para o autor, a força do ecossocialismo reside exatamente na capacidade de congregiar diferentes saberes e tradições, fundamentando-se em princípios de justiça social, diversidade de saberes e respeito ao meio ambiente.

3.2 COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA CHAPADA DIAMANTINA

A Instrução Normativa N.º 16, de 24 de março de 2004, diz em seu artigo terceiro e quarto:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. Consideram-se terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos toda a terra utilizada para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural, bem como as áreas detentoras de recursos ambientais necessários à preservação dos seus costumes, tradições, cultura e lazer. Englobando os espaços de moradia e, inclusive, os espaços destinados aos cultos religiosos e os sítios que contenham reminiscências históricas dos antigos quilombos (Brasil, 2004).

É na Bahia-Brasil que se concentra o maior contingente populacional de ascendência africana fora do continente africano. Isso deveria se refletir nas políticas públicas, sobretudo educacionais (Gomes, 2011). De acordo com dados da Fundação Cultural Palmares (Brasil, 2007), a instituição certificou mais de 3.000 comunidades como remanescentes de quilombo, em mais de 20 estados diferentes (SEPPIR, 2022, p.9). A Bahia também concentra a maior população quilombola do Brasil. No total, 397.502 pessoas se autodeclaram quilombolas, o que representa 2,8% de todos os habitantes do Estado. Ao contrário do que acontece no restante da população, os homens e jovens são maioria dentro dos territórios quilombolas, o que fez essa parcela da população receber um recorte específico no censo, pela primeira vez, em 2022 (Polcri, 2024).

A certificação por parte da Fundação Cultural Palmares é o primeiro passo para que uma localidade inicie o processo de titulação da terra, etapa conduzida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) (CONAQ, 2023). Conforme dados da FCP, entre os anos de 2004 e 2024, o número de comunidades quilombolas na Bahia foi de 865 comunidades reconhecidas como Comunidades Remanescentes de Quilombos - CRQs, sendo emitidas 703 certidões de autorreconhecimento (Brasil, 2024).

A titulação do território de comunidades quilombolas é extremamente importante na garantia de condições de existência e permanência de cada comunidade. No entanto, mesmo com a titulação das terras, a possibilidade de disputa por terra/território é eminente (Barbosa, 2022, p.56). Assim, Barbosa (2022) destaca a importância crucial da titulação do território como um passo fundamental para as comunidades quilombolas, na garantia de suas condições de existência e permanência.

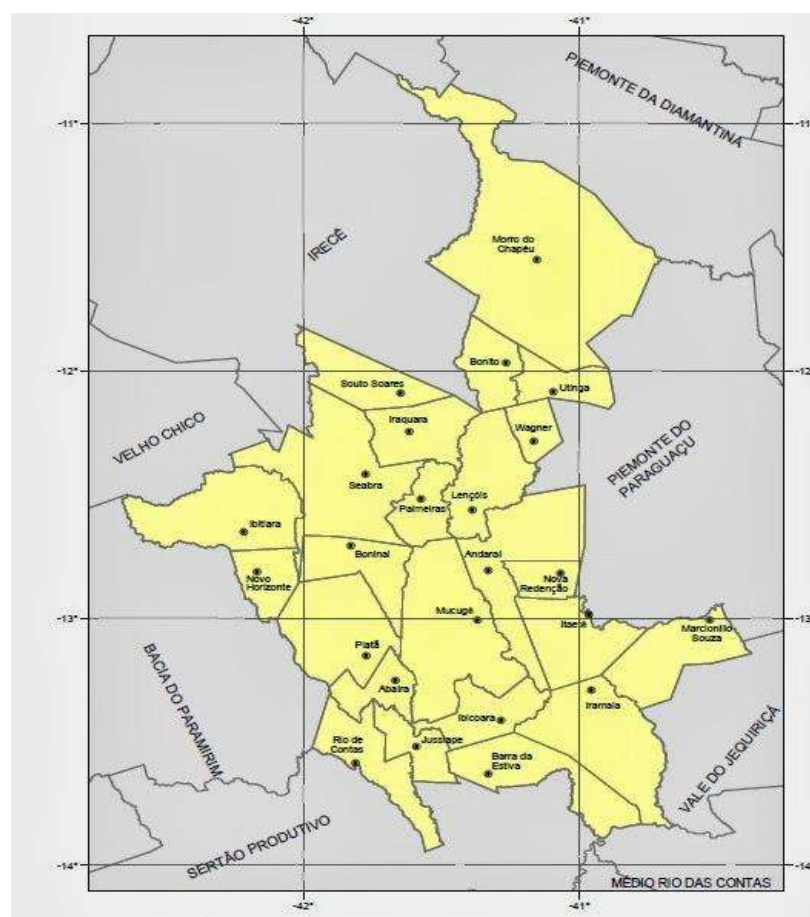
Segundo o morador JB¹, de 42 anos, “o processo de regularização fundiária da comunidade de Vão teve início em 2004, com a fundação da Associação dos Remanescentes de Quilombo de Vão das Palmeiras”. Dez anos após a criação da associação, em 19 de novembro de 2014, o território de Vão das Palmeiras recebeu seu título de reconhecimento e propriedade, emitido pela Coordenação de Desenvolvimento Agrário da Bahia (CDA-BA) (CPISP, 2017).

¹ Entrevista com o Sr. JB, morador da Comunidade Quilombola de Vão das Palmeiras, realizada em julho de 2025, Seabra-BA.

Entre os anos de 1995 até 2024, 363 títulos foram expedidos em 241 territórios quilombolas, totalizando 391 comunidades regularizadas, por órgãos fundiários federais, estaduais e municipais, e com base em distintas legislações aplicadas (INCRA/DFQ, 2024). Do total de 865 comunidades quilombolas identificadas pela Fundação Cultural Palmares na Bahia, 89 (oitenta e nove) estão localizadas no Território de Identidade Chapada Diamantina, sendo 11(onze) delas no município de Seabra (Brasil, 2024).

O município de Seabra (BA), localizado no território da Chapada Diamantina (Figura 2), abrange uma área de 2.402,170 Km² e possui 117 comunidades rurais, dentre as quais 11 (onze) são comunidades quilombolas certificadas pela FCP, com 4.311 habitantes residentes em território quilombola (IBGE, 2022). A população total do município é de 46.160.000 habitantes, dos quais 762 destes são agricultores familiares registrados no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) (Brasil, 2023). Segundo o IBGE (2022) o município possui Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) médio, com pontuação de 0,635.

Figura 2: Mapa do Território de Identidade Chapada Diamantina



Fonte: SEI/SEPLAN (2012).

O Índice de Desenvolvimento Sustentável da cidade de Seabra (BA) foi avaliado pelo Instituto Cidades Sustentáveis (ICS), com base em indicadores que integram valores, séries históricas e metadados, que facilitam o monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em nível local. A análise resultou em uma pontuação geral de 46,91 %, o que indica um baixo nível de desenvolvimento sustentável no cenário atual (IDSC–BR, 2025).

Entre as comunidades pertencentes ao município de Seabra, destaca-se o Vão das Palmeiras, foco do presente trabalho. O Sr. L, entrevistado para esta pesquisa, relata que a comunidade começou a ter uma evolução melhor quando se criou a associação, porque, de acordo com o mesmo, “em tempos atrás, onde você se encostasse estava bom”. O Sr. L, afirma que: “Era casa de palha e de enchimento. Hoje, graças a Deus, não está tendo mais” (Morador L, 83 anos).

A moradora Dona O, demonstra as dificuldades enfrentadas pela comunidade e os desafios superados ao longo de sua trajetória e relata que a ausência de energia elétrica e de abastecimento de água foram dois problemas sociais que impactaram significativamente a vida de muitas famílias. Segundo ela:

De antigamente até os dias de hoje, a comunidade mudou bastante, para melhor. Hoje temos água encanada e energia elétrica, evoluiu muito. Para a juventude, deixa um conselho: Os jovens devem aproveitar as oportunidades oferecidas (Moradora O, 71 anos).

3.3 A CONSTRUÇÃO CULTURAL E SOCIAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

As comunidades quilombolas no Brasil, atualmente, são múltiplas e variadas, e estão distribuídas por todo o território nacional. A expressão "remanescentes de quilombos", empregada nos documentos jurídicos brasileiros, traz a dubiedade que permeia a identidade desses povos nos dias de hoje (Furtado, 2014). Quilombo é uma forma de se organizar para resistir, existir e produzir vida em liberdade (Santos, 2015).

Ao falar em produzir vida em liberdade, Santos (2015) destaca que os quilombos são espaços de criação: de saberes, de espiritualidade, de solidariedade e de economia própria. São modos de vida enraizados em outros tempos, outros ritmos e outras cosmologias, que desafiam o individualismo e a lógica da dominação colonial. Essa definição amplia o sentido político do quilombo: ele não é apenas passado, é presente e futuro, como horizonte de possibilidade para outros mundos possíveis.

Denominar-se ou reconhecer-se como quilombola resulta de uma identidade construída socialmente, em um contexto que demarca relações de poder em que resistem a uma posição estigmatizada, desde a escravidão até a atualidade (Calheiros & Stadtler, 2010). Como destacam Calheiros e Stadtler (2010), essa afirmação é também uma resposta às relações de poder que tentam nos silenciar desde os tempos da escravidão até hoje. É uma forma de dizer: Estamos aqui, com nossa história, nossa cultura e nosso direito de existir com dignidade.

Conforme Arruti (2003) e Almeida (2011) a base para o reconhecimento dos quilombos contemporâneos está na autoidentificação das comunidades como “remanescentes de quilombo”, etapa essencial para garantir o acesso às políticas afirmativas e reparatórias oferecidas pelo Estado. Os autores ressaltam a necessidade de refletir sobre a categoria quilombo a partir do presente, destacando que o mais importante é compreender como essa autonomia vem sendo historicamente construída, e não apenas discutir o que existiu no passado. Bem como, reforçam a importância de incorporar as transformações e adaptações atuais, incluindo também a representação dos agentes sociais envolvidos nesse processo.

De acordo com Almeida (2011), as mobilizações dos agentes sociais são intencionais e conscientes, estruturadas em formas organizativas próprias e que se afirmam politicamente como quilombolas. Essas mobilizações unem lutas econômicas e identitárias, destacando o sentimento de pertencimento a uma comunidade. Não separam “política de reconhecimento” e “política de identidade”, compreendendo, enfim, direitos territoriais expressos por uma multiplicidade de formas de uso comum dos recursos naturais (Almeida, 2011).

As comunidades tradicionais têm, ao longo de sua história, interagido com o meio ambiente em que se situam de forma a se estruturar e se moldar conforme o entorno onde estão ambientadas, e a este entorno damos o nome de territórios. Um primeiro aspecto que devemos ter em mente é que território e identidade são conceitos interligados, o que nos ajuda a entender por que atualmente o objeto do desenvolvimento deixa de ser um setor, um grupo de população ou uma dimensão específica e passa a ser um território com suas complexidades, articulações e riquezas (Valencia; Oliveira, 2014).

De acordo Valencia e Oliveira (2014), o território emerge a partir das relações sociais, relações que não são neutras ou livres de tensões e conflitos, o que nos leva a afirmar que tal emergência é produto de relações do poder exercidas em vários níveis da cadeia social. O poder se manifesta nas diferentes formas de ocupação e uso dos espaços regionais e locais. Podemos dizer que o território é a expressão política de organização desses espaços para alcançar objetivos comuns e que nele se evidenciam mobilizações concretas frente a finalidades concretas (Valencia; Oliveira, 2014).

Com a redefinição do conceito de etnia, há interpretações de que identidades e territórios étnicos são construídos de forma situacional, por meio de estratégias e acordos contingentes, especialmente entre quilombolas (Almeida, 2011). Existem registros de comunidades que se formaram a partir de aglomerados de pequenas propriedades de negros libertos, que produziam um modelo de agricultura de subsistência. Segundo Moura (1997), a maioria dos quilombos apresentava esse tipo de agricultura e era uma comunidade que valorizava tradições culturais de antepassados, o que permanece até os dias atuais, em que essas tradições são recriadas.

Na cultura quilombola, os conteúdos simbólico-afetivos emergem dentro de maneira distinta para cada indivíduo, a partir de experiências sociais e pessoais, sendo carregados de valor e afeto. Os significados são construídos socialmente, e por serem simbólicos se constituem enquanto elementos culturais. É uma instância que preserva elementos culturais carregados de um passado histórico e social e que propicia um posicionamento pessoal ao reconhecer-se nesse passado (Furtado, 2014).

Diante disso, Furtado (2014) ressalta que ao valorizar essas expressões simbólicas e afetivas, torna-se possível compreender a riqueza da cultura quilombola. Essa abordagem destaca como cada indivíduo encontra, nas tradições coletivas, uma forma de reafirmar sua identidade, ao mesmo tempo em que projeta novas possibilidades de transformação social e resistência.

3.4 VÃO DAS PALMEIRAS – TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA

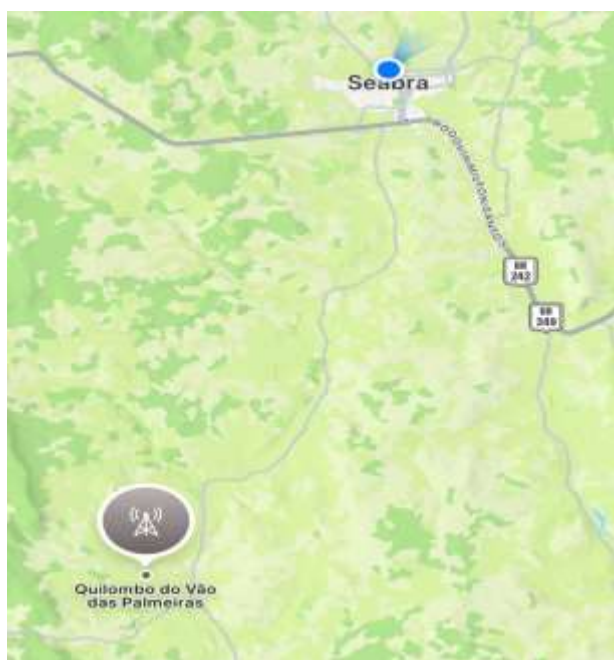
A área de estudo é a Comunidade Quilombola de Vão das Palmeiras (Figura 3), localizada no município de Seabra, no Território de Identidade Chapada Diamantina, Bahia, a 21 km da zona urbana de Seabra (Figura 4). Com uma população de cerca de 1.127 habitantes, Vão das Palmeiras preserva suas raízes históricas e mantém vivas as tradições, como o reisado, a culinária típica, as comemorações festivas e as produções agrícolas. Suas práticas culturais, agrícolas e ambientais são essenciais para a identidade da comunidade, pois garantem a transmissão de conhecimentos, saberes tradicionais e valores entre as gerações.

Figura 3: Vista superior da Comunidade Quilombola de Vão das Palmeiras



Fonte: GP AERO (2025).

Figura 4: Recorte da região de Seabra-BA, Zona Urbana X Comunidade Quilombola de Vão das Palmeiras



Fonte: Google Maps (2025).

De acordo o morador JB, “a área atualmente ocupada pela Comunidade Quilombola de Vão das Palmeiras era, originalmente, uma zona aberta utilizada como pastagem para animais, sendo conhecida apenas como Vão. A presença significativa de palmeiras de coco babaçu na região conferiu-lhe posteriormente a denominação completa de Vão das Palmeiras”. JB também destaca que:

A formação da comunidade foi remonta ao período do ciclo do garimpo na Chapada Diamantina, quando pessoas escravizadas, após serem exploradas nos trabalhos forçados das lavras de diamantes, fugiram ou foram libertas e buscaram refúgio em áreas de difícil acesso e em busca da sua autonomia. Encontraram naquele vão um lugar propício para recomeçar a vida em liberdade, estabelecendo relações com a terra, na agricultura de subsistência e na preservação dos saberes tradicionais (Morador JB)².

Assim, a comunidade se constituiu como espaço de resistência, apropriação do território e afirmação identitária por meio da coletividade, como expressa na fala do morador L:

Os primeiros moradores da comunidade de Vão das Palmeiras foram o Sr. Propécio e o Sr. Luizinho. Havia também as casas do Sr. Militão e do Sr. Pidim, além de uma casa de farinha. Os demais moradores viviam na ponta da serra, onde se localizavam as casas do Sr. Marcelo e do Sr. Ausino. Lá em cima onde é de Neíto, chamava Serra. Acabou tudo e ajuntou, e ficou Vão das Palmeiras tudo, de Dão pra cá (Morador L, 82 anos).

O Sr. L, relata que antigamente, a comunidade era socialmente dividida: “Do corredor para baixo moravam só os negros e do corredor para cima os brancos. Mesmo com essa divisão, os povos eram unidos”. Ele observa que, atualmente, essa separação não existe mais, pois as pessoas passaram a se misturar entre si. Ao comparar o passado com o presente, uma moradora destacou as mudanças ocorridas na comunidade:

Não tinha muito divertimento não, era um pouco parado, porque não tinha nada, era difícil até água. Hoje o Vão evoluiu muito, ficou bom, agora tá uma beleza, agora tem água encanada, tem luz. Antes do que era, hoje está uma benção (Moradora O).

² Entrevista concedida à Edicacio Souza de Jesus. Batista, morador da comunidade. Vão das Palmeiras, 14/08/2025.

A comunidade é composta por agricultores familiares que produzem mandioca, fumo, milho e feijão (Kalil, 2016). Além disso, mantém uma forte relação com o ambiente natural, vivendo tradicionalmente da agricultura familiar, tanto para consumo próprio quanto para comercialização. O morador JB, ressalta que, “a produção tradicional e cultural do fumo é tão importante quanto os demais cultivos para a comunidade”.

De acordo com o Sr. S, sua infância foi marcada por desafios, embora não a considere totalmente negativa. Ele relata:

Minha infância não foi muito boa, mas também não foi muito ruim, foi de luta. Comecei a trabalhar na roça desde os 15 anos e, até hoje, continuo trabalhando na roça de fumo e de mandioca. Não sei quando vou parar. Enquanto Deus permitir, eu pretendo continuar na roça. Assim vou levando a vida. Às vezes a roça não produz muito, mas sempre faço umas bolinhas de fumo (Morador S, 63 anos).

O entrevistado afirma conhecer todo o processo de cultivo do fumo, desde a preparação da terra para os canteiros até o momento da comercialização. Ressalta que nunca precisou migrar em busca de trabalho em outras localidades, pois, segundo ele, o que produzia na roça sempre foi suficiente para garantir sua sobrevivência. Embora o fumo seja destinado à venda, a mandioca, por sua vez, é utilizada prioritariamente para o consumo familiar, em segundo plano para a comercialização.

Segundo relato do senhor L a alimentação durante sua infância era baseada, principalmente, no que seus pais conseguiam obter por meio do trabalho no garimpo, especialmente nos de diamantes e cristais, na região de Lençóis (BA). Em suas palavras:

Comíamos naquela época o que os pais da gente arrumavam. Era no garimpo em Lençóis, garimpos de diamantes e de cristais. Quando vinha um alimento do governo, botava os pais da gente para ir pegando aquelas coisas para fazer para comer. Complementava-nos a renda com alimentos plantados na roça, como mandioca. Plantava fumo também. O fumo era plantado ao redor da casa porque as terras eram fracas. Hoje em dia, as terras ficaram todas boas (Morador L, 82 anos).

Essa produção específica estabelece vínculos sociais significativos e estratégias importantes para a economia local. Quando o preço está abaixo do mercado, o fumo pode ser armazenado e comercializado no ano seguinte, pois é

um produto resistente e com boa durabilidade, desde que acondicionado corretamente em palhas de bananeiras ou sacos plásticos, a fim de evitar a umidade.

Compreender as tradições culturais e as práticas agrícolas e ambientais da Comunidade Quilombola de Vão das Palmeiras é uma oportunidade de aprender com saberes que tradicionalmente já se configuram como práticas sustentáveis e/ou comerciais, contribuindo para um futuro próspero. Além disso, permite identificar desafios e oportunidades para a preservação e o desenvolvimento comunitário. O morador JB, relata que:

A comunidade de Vão das Palmeiras é um espaço de resistência, onde a cultura, a história e a identidade negras são preservadas e valorizadas. Apesar dos desafios enfrentados, a comunidade tem se articulado para fortalecer sua organização social e política” (Morador JB).

De acordo o morador JB, o processo de titulação da comunidade teve início em 2004, com a fundação da Associação dos Remanescentes de Quilombo de Vão das Palmeiras, sendo seu primeiro presidente e fundador, o senhor Eunápio Mendes da Silva. Ele identificou a necessidade de criar uma associação, devido à grande extensão territorial da comunidade, cujos moradores estavam se associando em outras localidades.

Segundo o Sr. M, 67 anos, morador da comunidade, a necessidade de estar vinculado a uma associação foi percebida em situações práticas do cotidiano:

Quando eu ia à farmácia comprar um remédio, perguntavam se eu tinha associação — e eu não tinha. Então, me associei na comunidade de Velame. Depois vi que estava errado, que a associação tinha que ser na nossa comunidade. Foi aí que trabalhei para isso acontecer. Reuni umas pessoas do lugar para fundar uma associação (Morador M).

Ainda segundo o entrevistado, após a criação da associação, houve melhorias significativas na localidade:

Com a associação teve uma melhora muito grande. A comunidade foi contemplada com 53 casas do projeto Minha Casa, Minha Vida — que poderia nem ter vindo se não fosse a associação correr atrás. E ainda tinha muito lugar que não tinha, então correram atrás e foram contemplados também (Morador M).

A partir das reuniões com o antigo Conselho do Fundo Municipal de Ação Comunitária (FUMAC), atualmente denominado Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CMDRS), foi reconhecido o grande potencial cultural da comunidade. Nesse contexto, realizou-se um estudo antropológico com a participação de lideranças comunitárias, abordando seus costumes, práticas agrícolas e expressões culturais. Em 10 de agosto de 2005, a comunidade foi reconhecida e certificada pela Fundação Cultural Palmares. Esse reconhecimento foi formalizado no processo nº 01420.001805/2005-13, sob o Registro nº 384, do Livro nº 04, Folha nº 91, através da Portaria 39/2005 (Brasil, 2022).

Destaca-se que dez anos após a criação da associação, em 19 de novembro de 2014, a Comunidade Quilombola de Vão das Palmeiras alcançou um marco significativo em sua trajetória organizativa: a titulação integral de seu território como domínio coletivo, abrangendo cerca de 300 famílias residentes na comunidade (CDA, 2010). O território está delimitado pelas comunidades do Riacho, Angical, Velame e Capão das Gamelas, além de ser contornado por uma estrada vicinal e outras referências geográficas (Figura 5). A área titulada compreende 1.022,0150 hectares de extensão e suas coordenadas geográficas correspondem à latitude 16°43'37" S e longitude 44°03'22" W (CDA, 2010).

Conforme relata o morador JB:

O título foi emitido pela Coordenação de Desenvolvimento Agrário da Bahia (CDA-BA) (CPISP, 2017), reconhecendo a propriedade definitiva das terras estaduais, rurais e devolutas que ocupa a Comunidade Remanescente de Quilombos denominada Vão das Palmeiras. Além disso, a comunidade possui o Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR), realizado de forma coletiva.

Figura 5: Planta da área da Comunidade de Vão das Palmeiras titulada e seus limites (destaque em amarelo)



Fonte: CDA (2010).

3.5 VALORIZAÇÃO DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

A valorização dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) representa uma pauta fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática. Abordar essa temática a partir do Vão das Palmeiras permite compreender, a partir da escuta e do diálogo, os caminhos possíveis para fortalecer o protagonismo comunitário e provocar reflexões sobre como esses conhecimentos podem dialogar com a escola, a universidade e outros espaços institucionais.

Segundo Bartholo (2009), o processo contemporâneo de valorização das identidades territoriais expressas nas paisagens, nos objetos e nas expressões intangíveis do patrimônio cultural, atua como uma bandeira de pertencimento territorial no universo simbólico e político das práticas socioculturais, o que reflete as relações de identidade entre determinadas coletividades e seu meio. Para preservar e valorizar os povos e comunidades tradicionais é fundamental dar visibilidade, protagonismo e organizar sistematicamente a experiência produzida

pelo grupo. Ao discutir sobre sua valorização contribui-se para a preservação da rica memória do povo.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), instituída pelo Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, considera esses grupos como culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, cultural, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição (Brasil, 2007, Artigo 3º).

O Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, o Excelentíssimo Senhor Luiz Paulo Teixeira Ferreira, através da Portaria MDA nº 17, de 17 de maio de 2024, instituiu o Programa de Apoio e Fortalecimento ao Etnodesenvolvimento – PAFE. Esse programa tem como objetivo geral de apoiar e fortalecer as ações que visam a sustentabilidade produtiva e o etnodesenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais, promovendo sua inclusão produtiva, social e econômica de acordo com suas especificidades, formas de fazer e viver e saberes ancestrais (Brasil, 2024).

Essa perspectiva valoriza os povos tradicionais ao reconhecer seus conhecimentos como fundamentais para a construção de práticas sustentáveis e para a gestão coletiva dos recursos naturais. As relações entre os saberes tradicionais, modos de produção agrícola, manejo dos recursos são essenciais para a análise das ciências ambientais da Comunidade Quilombola de Vão das Palmeiras. De acordo com Bartholo (2009, p.174), experiências com comunidades rurais se tornam mais dinâmicas, mais diversificadas e mais humanas.

No contexto da ecologia política antropológica, Escobar (2005, p.17) ressalta a necessidade de reconhecer plenamente a construtividade da natureza, ao tempo que sugere passos para compor conjuntamente o biológico e o cultural em bases construtivistas. Para facilitar o exercício antiessencialista, Escobar (2005, p.24) salienta que a ecologia política pode ser definida como o estudo das múltiplas articulações de história e biologia e as mediações culturais por meio das quais tais articulações são necessariamente estabelecidas. Em outras palavras, ele argumenta que a natureza não deve ser vista como algo fixo, separado ou dado, mas como algo que é construído nas relações sociais,

históricas, políticas e culturais. Por isso, é necessário um olhar que reconheça tanto a dimensão biológica quanto a cultural, sem reduzi-las uma à outra.

A partir de uma lógica contra hegemônica, Santos (2015) propõe compreender os quilombos como territórios construídos por saberes próprios, que articulam ancestralidade, resistência e modos autônomos de viver, contrapondo-se às formas de dominação colonial. Para Santos (2015), os quilombos não devem ser vistos apenas como refúgios históricos de resistência à escravidão, mas como territórios vivos, organizados por lógicas próprias, baseadas em saberes ancestrais, relações comunitárias e modos de existência não subordinados ao projeto colonial e capitalista. Ao falar em lógica contra hegemônica, Santos (2015) desafia a narrativa dominante da história oficial, que muitas vezes ignora ou minimiza os protagonismos negros e quilombolas. Ele propõe uma leitura em que os quilombos são espaços políticos e culturais de produção de vida, e não apenas de sobrevivência. São territórios de autonomia, liberdade e continuidade dos saberes africanos e afro-brasileiros.

Nesta pesquisa participante, de abordagem qualitativa e de técnica exploratória, buscou-se levantar informações sobre um objeto de estudo. Seguindo a o proposto por Severino (2013), a investigação procurou delimitar o campo de estudo e mapear as condições de manifestação desse objeto. Refletindo, ainda, a importância de integrar os saberes tradicionais e modos de produção local, reconhecendo a diversidade de perspectivas e os distintos conhecimentos sobre o tema, desenvolvendo conceitos e ideias necessários para enfrentar os problemas identificados (Lakatos; Marconi, 2003).

Tudo isso “implica novos princípios de valorização da natureza, novas estratégias de reapropriação dos processos produtivos e novos sentidos que mobilizem e reorganizem a sociedade” (Leff, 2001, p.75). A diversidade étnica e cultural dessas coletividades fundamenta os movimentos de resistência e de visibilidade frente aos modelos hegemônicos de desenvolvimento impostos no mundo do capital (Paula, 2016, p. 70).

Munanga (2005) salienta que a população afrodescendente no Brasil precisa ser mais estudada e entendida, já que a contribuição dos inúmeros países africanos é muito significativa para todos os setores da vida brasileira, quer se relacione à linguagem, à vida familiar, ao sistema simbólico, à

comunidade religiosa, à produção do saber (Ciência) ou à transmissão do saber (Educação).

Para Gonçalves (2005) não basta uma decisão política do Estado para legitimar um patrimônio, é preciso “ressonância” junto a uma população, a um público. O autor também ressalta que “patrimônios culturais seriam entendidos mais adequadamente se situados como elementos mediadores entre diversos domínios sociais e simbolicamente construídos, estabelecendo pontes e cercas entre categorias cruciais, tais como passado e presente, deuses e homens, mortos e vivos, nacionais e estrangeiros, ricos e pobres etc.” (p.16-17).

Não há mais luta contra o sistema escravagista, mas há luta pela manutenção de sua cultura, identidade, território, representação política, direitos sociais, acesso à terra, à moradia e à saúde, acesso à educação pública e de qualidade, assistência social, ou seja, acesso à cidadania. Para Silva (2012, p.7), o território é considerado mais que apenas um espaço propício para a construção da identidade quilombola, ele é também, político, econômico e, principalmente, simbólico.

No caso da comunidade de Vão das Palmeiras, a terra é entendida num sentido amplo, englobando tanto a terra necessária para a reprodução material da vida, como também a terra na qual o simbólico paira, na qual a memória encontra lugar privilegiado, morada de mitos e lendas, fonte de beleza, inspiração e do sentido sagrado da coletividade, tão essencial à vida quanto a terra de trabalho. Entre as narrativas, destacam-se:

Meu nome é F, nasci em Vão das Palmeiras, município de Seabra. Segundo meus pais, o parto foi natural acompanhado por uma parteira da região, pois, não havia médico naquela época. Tudo era muito complicado. Se adoecesse era difícil se curar, pois não havia médicos e nem profissionais dentistas na época. Havia alguém que entendia um pouco do assunto, e arrancava alguns dentes da gente (Moradora F, 84 anos).³

Segundo relato do Sr. J, morador da comunidade, em determinada época, ele avista um lobisomem sob um pé de jaca, nas proximidades de sua residência. De acordo com seu relato, tratava-se de “um homem que se transforma em um bicho feio, com aparência de cachorro, muito cabeludo, e com as mãos

³ Entrevista com dona F, moradora da Comunidade Quilombola de Vão das Palmeiras, realizada em maio de 2025, Seabra – BA.

abanando”. O Sr. J relata que, ao ouvir os cachorros acuares, decidiu verificar o que estava acontecendo e, nesse momento, vivenciou a experiência de avistar o lobisomem. Ainda segundo ele, ninguém foi atacado, pois, caso alguém se aproximasse, o ser fugia rapidamente.

O Sr. J afirma que era normal ele aparecer, pois já houve outros relatos em diferentes lugares. Um exemplo citado é o da casa de farinha, onde, o lobisomem aparecia para comer os restos de farinha que ficavam no chão. O Sr. J também conta da aflição das mães, que tinham suas crianças sem o batismo, pois corriam o risco de perder seus filhos, para esse indivíduo, inclusive nas paredes das casas onde tinham crianças sem o batismo, era identificado arranhões, como prova.⁴

Outra memória levantada por Dona T, de 74 anos, os partos na comunidade eram realizados por parteiras tradicionais, como as senhoras Raimunda e Maria de Marcolino. Esses partos aconteciam nas residências das gestantes e, durante o procedimento, utilizava muito óleo vegetal. Após o nascimento, a mulher permanecia em resguardo era guardado por trinta dias, durante o qual era mantido repouso absoluto. Dona T também menciona uma crença popular relacionada ao sétimo dia de vida da criança. De acordo com essa tradição, durante esse período, o recém-nascido não poderia receber visitas, pois se alguém estivesse com algo ruim no corpo, isso poderia ser transmitido ao bebê, levando-o, inclusive, à morte. Por essa razão, era comum que se evitasse qualquer visita antes de completar sete dias do nascimento.⁵

Segundo relato da moradora Dona T, antigamente não havia acesso a médicos na comunidade, e o tratamento de doenças era realizado por meio de remédios naturais, extraídos do mato, muitos deles indicados por curadores. Conforme relata o senhor J, “antigamente era bem difícil ter acesso aos médicos, então esses chás eram indicados pelas pessoas que faziam as orações, chamados de benzedores” (Morador J).

Dona M, de 60 anos, fala que a tradição do Santo Reis (Figura 6) segue até hoje, todo ano tendo a festa com muita fartura em comida:

⁴ Entrevista com o Sr. J, morador da Comunidade Quilombola de Vão das Palmeiras, realizada em maio de 2025, Seabra – BA.

⁵ Entrevista com dona T, 74 anos, moradora da Comunidade Quilombola de Vão das Palmeiras, realizada em maio de 2025, Seabra – BA.

Para ajudar os reiseiros com a comida, tem as cozinheiras. Hoje não são mais as mesmas, pois vieram a falecer. Temos um novo grupo, onde a chefe é a senhora Vadelice, e junta com as demais e vai ajudando. Os reis sempre são bons. Deu uma pausa na pandemia, mas, agora está indo tudo certo (Moradora M, 59 anos).⁶

Figura 6 - Festa de Santo Reis no Vão das Palmeiras



Fonte: Autor (2025).

Para Malcher (2009), a construção da identidade quilombola está envolvida intimamente com o estudo do território, uma vez que a identidade possibilita a compreensão da etnicidade e da luta pelo direito à terra, contrapondo ao modelo capitalista do latifúndio. As formas de acesso à terra incluem tanto as dimensões simbólicas quanto as relações sociais. A estreita relação do grupo com a terra representa uma relação social bastante complexa e aponta para a existência da terra como território (Malcher, 2009, p.8).

Nesse contexto, se estabelece a noção de território a partir da troca homem, comunidade e natureza, considerando as relações de identidade aí presentes, a partir da memória, individual ou coletiva, dos integrantes da comunidade quilombola. De acordo com Silva (2012, p.7), além das discussões sobre território, fundamental na construção da identidade quilombola, diante da luta pela posse ou reconquista da terra, de onde esse grupo foi historicamente expulso, também é cabível abordar o conceito de territorialidade.

⁶ Entrevista com dona M, 59 anos, moradora da Comunidade Quilombola de Vão das Palmeiras, realizada em maio de 2025, Seabra – BA.

Por intermédio de um sistema de relações produtivistas e simbólicas, o homem vive, ao mesmo tempo, o processo territorial, assim como o seu produto, também territorial. Há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza quanto as relações sociais. O homem transforma a natureza e a natureza transforma o homem (Silva, 2012, p. 7 – 8).

Hall (1997) afirma que a identidade de cada indivíduo é feita na sua relação com o outro, somente podendo ela ser vislumbrada no que tem a dizer sobre si e sobre o outro, na relação com o outro. Nessa interação, significados partilhados lhe são atribuídos por meio do diálogo, que possibilita a construção de entendimentos partilhados e, por conseguinte, a interpretação do mundo.

O uso de depoimentos e testemunhos de pessoas é um dos recursos do historiador em seu trabalho de reconstrução do passado. Não se trata de entrevistar aleatoriamente indivíduos dispostos a falar sobre suas vidas. É preciso haver questões que justifiquem sua articulação com um projeto de pesquisa previamente definido (Alberti, 2012).

A citação de Alberti (2012) possibilita uma reflexão sobre a importância do planejamento cuidadoso ao se utilizar a História Oral como ferramenta de reconstrução histórica. O uso de depoimentos não pode ser feito de maneira aleatória ou descontextualizada: precisa estar alinhado a um projeto de pesquisa claro e bem fundamentado.

É importante destacar que o presente trabalho de pesquisa e de campo foi realizado juntamente com a Comunidade de Vão das Palmeiras, e isto é visto como essencial. Pois buscou-se não apenas recolher histórias, mas compreendê-las dentro de um contexto que dialogue não somente com as práticas culturais e sabedoria tradicional, mas também com o manejo sustentável local. Cada testemunho registrado enriquece toda essa construção coletiva de memória, servindo como um elo entre o passado e o presente, enquanto experiências que são documentadas ao longo de todo o trabalho de pesquisa podem vir a servir, ainda, de inspiração para o futuro.

3.6 A IMPORTÂNCIA DAS DISCUSSÕES ÉTNICO - RACIAIS NO AMBIENTE ESCOLAR

Nascida pela força das ideias e da esperança, a Lei 10.639 /03 (FATO, 2023) foi sancionada, passando a ser obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileiras e africanas no currículo da educação básica e na formação de professores, além de representar uma conquista de décadas de luta do movimento negro. Nesse sentido, essas ações devem ser compreendidas como manifestações precursoras do movimento negro contemporâneo (Domingues, 2004).

Essa lei foi um passo significativo na luta contra o racismo e na valorização das contribuições dos povos africanos na formação do Brasil. No entanto, sua efetivação enfrenta desafios consideráveis, como a falta de formação adequada para os educadores, a resistência de alguns setores da sociedade e a insuficiente inclusão de materiais didáticos apropriados (FATO, 2023).

Segundo Gomes (2011, p. 113), na década de 1990, as exigências e as pressões do Movimento Negro foram introduzidas, de forma lenta, em algumas ações do governo federal. Uma das respostas, foi a criação do Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra em 27 de fevereiro de 1996. Nesse período, também foi incluído nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), o tema transversal Pluralidade Cultural, que tratava da diversidade sob uma perspectiva universalista de educação e de política educacional (Gomes, 2011).

A diversidade étnico-racial deve ser valorizada e celebrada no ambiente escolar. Munanga (2005, p. 15) destaca a importância de se criar um momento pedagógico específico para discutir essa diversidade. Segundo o autor, é fundamental conscientizar os alunos sobre o valor e a riqueza que a diversidade étnico-racial representa para a cultura e para a identidade nacional.

Conforme Silva (2007), as relações étnico-raciais no processo de ensino-aprendizagem demandam o reconhecimento e a valorização dos saberes historicamente marginalizados. Neste contexto, construir experiências de formação e vivenciá-las é fundamental, uma vez que, a partir delas, os professores irão analisar e propor estratégias de intervenção que tenham a valorização da cultura negra e a eliminação de práticas racistas como foco

principal, possibilitando, como consequência, uma mudança de valores. Aprender e ensinar no Brasil requer considerar os processos históricos que marcaram a construção das identidades étnico-raciais (Silva, 2007).

Na vertente da educação antirracista, o Conselho Estadual de Educação da Bahia aprovou a RESOLUÇÃO CEE-BA nº 97, de 27 de maio de 2024, Art. 7º ⁷, que institui procedimentos escolares que se ajustam às estratégias de combate ao racismo estrutural no âmbito das unidades escolares, da educação infantil ao ensino superior (Bahia, 2024).

O Movimento Negro Unificado (MNU) foi o ator social mais importante no processo de redemocratização do Brasil, no que se refere aos direitos étnico-quilombolas, tendo sido responsável pelas principais articulações do cenário político nacional, principalmente por ter produzido a abertura do campo político para as demandas étnicas das populações negras tradicionais (Rodrigues, 2019, p. 218).

3.7 O AUDIOVISUAL COMO INSTRUMENTO DE COMUNICAÇÃO DOS SABERES TRADICIONAIS

O documentário, enquanto objeto empírico e dispositivo metodológico desta pesquisa, configura-se como um espaço de cocriação e articulação de saberes, promovendo diálogos interculturais e interdisciplinares entre conhecimentos tradicionais e diferentes modos de produção agrícola. Com seu potencial transformador, ele inspira formas inovadoras e colaborativas de produção de conhecimento, contribuindo para a reflexão crítica e para a construção de práticas pedagógicas ancoradas na linguagem audiovisual.

Conforme discutido no dossiê Antropologia audiovisual com fotografias e filmes⁸, Elias e Marques (2025) ressaltam como as tecnologias digitais não apenas substituíram os suportes tradicionais, mas também provocaram uma

⁷ A Resolução CEE/BA nº 97/2024, publicada no DOE em 06/11/2024, estabelece diretrizes para a reorientação curricular no sistema estadual de ensino da Bahia, com o objetivo de cumprir as Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, que alteram a Lei nº 9.394/1996, sobre a inclusão do estudo das Relações Étnico-Raciais e da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana, Indígena e Quilombola.

⁸ ELIAS, Alexsânder Nakaóka; MARQUES, Olavo Ramalho (orgs.). Antropologia audiovisual com fotografias e filmes: da película ao digital. Iluminuras, Porto Alegre, v. 26, n. 70, 2025.

revisão nos critérios de autenticidade, autoria e memória. Nesse sentido, pode-se afirmar que a digitalização das imagens trouxe novas possibilidades de acessar, arquivar e reinterpretar o passado, ampliando o alcance das produções audiovisuais e democratizando a forma como as narrativas culturais são construídas e compartilhadas.

Cardoso (2016, p. 81) explica que, ainda que não seja possível prever textualmente as falas de um entrevistado, os roteiristas, por meio da pesquisa, conseguem reunir elementos que permitem prever sobre quais assuntos serão tratados e suas possíveis abordagens. Para Fasanello e Porto (2022, p. 76), o audiovisual deve ser compreendido como uma estratégia tanto de produção de conhecimento quanto de visibilidade das lutas emancipatórias, pois possibilita a multiplicidade de vozes e perspectivas. Nesse processo, não há apenas a escrita do autor, mas a emergência de novos olhares construídos coletivamente. Essa abordagem apresenta aspectos verdadeiramente eficazes, como empoderamento e visibilidade, uma vez que dá voz às comunidades, permitindo que compartilhem suas histórias, culturas e práticas ambientais tradicionais. Além de ampliar a visibilidade dessas comunidades, o documentário também destaca suas lutas e conquistas.

É essencial ressaltar a produção de documentários como uma inspiração para a descolonização da geração de conhecimento. No Brasil, o documentário como prática social transformadora já é consolidado há décadas, especialmente com o surgimento do Cinema Novo, movimento no qual diversos cineastas passaram a refletir sobre o país e seus problemas, abordando desigualdades, periferias, favelas, miséria, luta pela reforma agrária, sertão e fome (Fasanello; Porto, 2022, p. 74).

Os documentários têm, portanto, um papel crucial na reflexão sobre desigualdades e desafios sociais no Brasil, contribuindo para a democratização da informação e a valorização das vozes historicamente marginalizadas. O legado do Cinema Novo segue como inspiração para transformações significativas.

Jean Claude Bernardet (1980) afirma que o cinema não deve ser entendido apenas como entretenimento, mas como uma linguagem complexa que atua na formação do imaginário social, influenciando ideologias e modos de ver o mundo. O cinema é uma linguagem porque possui elementos próprios de

expressão e comunicação, que lhe permitem construir um discurso sobre o mundo (Bernardet, 1980).

Para Santana (2012), a produção de imagens, sons e vídeos de forma independente está intrinsecamente ligada ao direito de se expressar. A pluralidade de conteúdos audiovisuais, advindo das mais diversas fontes, é essencial numa democracia para o exercício da cidadania. Quando uma comunidade se expressa por meio de recursos audiovisuais, fortalece suas práticas sociais e culturais em sintonia com suas tradições históricas, promovendo também a valorização de sua própria identidade. O envolvimento da própria comunidade na produção de documentários sobre suas histórias e desafios fortalece o processo de empoderamento e visibilidade, consolidando o audiovisual como uma ferramenta de expressão e valorização cultural.

O documentário articula documento, realidade e ficção ao transformar evidências do real em uma narrativa construída a partir de escolhas e pontos de vista. Mais do que reproduzir a realidade, ele a interpreta, revelando experiências e memórias. Nesse processo, torna-se um importante recurso para o conhecimento da diversidade cultural brasileira, ao dar visibilidade a grupos historicamente silenciados. Além disso, contribui para a compreensão das relações étnico-raciais no Brasil, estimulando reflexões críticas sobre identidade, memória, desigualdades e justiça social.

4 METODOLOGIA

4.1 DA FUNDAMENTAÇÃO AOS PRINCÍPIOS ÉTICOS DA PESQUISA

Metodologicamente, a presente pesquisa se iniciou com a revisão da literatura associada à história das comunidades quilombolas no Brasil, os estudos sobre cultura afro-brasileira e as pesquisas relacionadas aos saberes tradicionais e modos de produção agrícola, com foco na Chapada Diamantina, em especial na comunidade quilombola de Vão das Palmeiras, no município de Seabra-BA. Esse processo também incluiu a consulta às lideranças comunitárias

sobre a história, cultura, tradições, práticas de cultivo e a estrutura social da comunidade.

De acordo Minayo (2010) a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (Minayo, 2014, p. 21). Nesse sentido, a abordagem qualitativa adotada nesta pesquisa não se baseia em números ou comparações estatísticas, mas sim na compreensão das relações sociais, culturais e simbólicas presentes na comunidade. Por meio da observação e da escuta atenta, busca-se compreender como os saberes tradicionais, as práticas agrícolas e as memórias coletivas se articulam, investigando novas possibilidades para o problema estudado.

O presente estudo adota a pesquisa participante como caminho metodológico fundamental para a escuta, valorização e registro dos saberes tradicionais da Comunidade Quilombola de Vão das Palmeiras, em Seabra–BA. Conforme destaca Brandão (2006), trata-se de uma forma de conhecimento que se faz com as pessoas e não sobre as pessoas. Essa abordagem rompe com a lógica tradicional da pesquisa acadêmica, que muitas vezes trata os sujeitos como objetos distantes de estudo. Em vez de tratar os sujeitos como fontes a serem exploradas, a pesquisa participante os reconhece como protagonistas do processo investigativo, portadores de saberes tradicionais e práticos que estruturam a vida comunitária.

No contexto de comunidades tradicionais, como a comunidade quilombola de Vão das Palmeiras, essa metodologia se mostra especialmente relevante, pois reconhece os moradores como protagonistas da investigação e como detentores de saberes legítimos, históricos e situados. Assim, a pesquisa deixa de ser um instrumento de coleta unilateral de dados e passa a ser um processo colaborativo, ético e transformador. Brandão (2006) considera que na maioria dos casos as diferentes experiências de pesquisa participante surgem dentro dos movimentos sociais populares, ou emergem com uma proposta de se colocarem a serviço de seus projetos emancipatórios.

Por ser uma pesquisa que envolve seres humanos, ela foi submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da UEFS em 02/12/2024, CAAE: nº 85199224.3.0000.0053. Todos os participantes realizaram a leitura e assinaram

o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE (Apêndice I) antes de sua participação. Bem como, aqueles que aparecem nas filmagens assinaram o Termo de Uso de Imagem e Som (Apêndice II).

Além disso, por tratar de uma pesquisa que inclui o estudo dos conhecimentos tradicionais associados de uma comunidade tradicional, foi realizado o cadastro, no dia 10/03/2025, no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado - SISGEN, com o registro nº A434850, a fim de garantir o cumprimento das normas e diretrizes éticas estabelecidas para a condução de estudos científicos.

A pesquisa atende integralmente toda descrição dos aspectos éticos, dos métodos e procedimentos exigidos para sua realização, garantindo o respeito à comunidade envolvida, em conformidade com a NORMA OPERACIONAL Nº 001/2013 E AS RESOLUÇÕES 466/2012 E 510/2016⁹. Os métodos e procedimentos adotados incluem, escuta e diagnóstico participativo, questionário de pesquisa, rodas de conversa para obtenção de dados e registro audiovisual das práticas culturais e agrícolas tradicionais.

Por meio da História Oral, pode-se obter novos dados, avaliar relatos ou mesmo recolher depoimentos que terão função de registro sobre uma certa experiência do tempo. (Alberti, 2012.)

O documentário produto desta pesquisa “Saberes tradicionais da comunidade quilombola de Vão das Palmeiras, Seabra-BA: Uma abordagem da cultura fumageira”, é uma obra audiovisual que registra os saberes tradicionais e as vivências da comunidade de Vão das Palmeiras. Além de ser um instrumento de valorização cultural e memória coletiva, acredita-se que o documentário servirá como material educativo e reflexivo, contribuindo para a disseminação dos modos de produção agrícola observadas.

Pelo descritivo da Instrução Normativa nº 104 da ANCINE¹⁰ o documentário é uma obra audiovisual que no formato institucional prescinde do registro na ANCINE, de modo a formalizar procedimentos para identificar e

⁹ A Norma Operacional nº 001/2013, a Resolução CNS nº 466/2012 e a Resolução CNS nº 510/2016 são normas e resoluções que regulam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil.

¹⁰ A Instrução Normativa DC/ANCINE nº 104, de 10/07/2012, publicada no DOU de 17/07/2012, traduz pelo Inciso XXII, Art. 1º que documentário é uma obra audiovisual, incluindo as definições para seu formato e estruturação.

regularizar pessoas físicas (e jurídicas) que atuam no mercado audiovisual brasileiro. Não é esse o caso do documentário a ser apresentado como produto desta Dissertação de Mestrado, cuja difusão será feita exclusivamente de forma gratuita, adstrito à finalidade do PROFCIAMB. Em que se inclui o ambiente universitário e o das escolas da educação básica do sistema de educação do Estado da Bahia, bem como nos espaços coletivos da comunidade de Vão das Palmeiras. Como referido por Fasanello e Porto (2022), sob inspiração de Paulo Freire, apresenta-se como contributo à busca por metodologias sensíveis à prática colaborativa entre grupos de uma coletividade.

Garantir o anonimato e a proteção das identidades dos participantes durante a coleta de dados é essencial para assegurar a ética da pesquisa, o respeito à privacidade e a liberdade de expressão dos envolvidos. Embora, o produto seja um documentário, com o propósito de registrar e divulgar os saberes tradicionais e modos de produção agrícola da comunidade, os participantes tiveram a livre opção de participar e, ainda, de aparecer ou não no vídeo.

4.2 COMUNICAÇÃO E CONVITE

A etapa de campo envolveu inicialmente visitas à Comunidade de Vão das Palmeiras, e participação em reunião com a comunidade, aproveitando-se dos encontros mensais que acontecem na associação comunitária. Essa etapa teve como objetivo comunicar e esclarecer sobre o projeto de pesquisa, além de promover a escuta e o diálogo com a gestão da associação e os moradores da comunidade (Figura 7). Durante a reunião, foi feito um convite aberto para encontrar voluntários interessados em participar das atividades da pesquisa. Aqueles que manifestaram interesse em colaborar com a pesquisa, foram devidamente orientados sobre os objetivos, procedimentos e possíveis implicações (APÊNDICE I).

Figura 7: Comunicação da pesquisa durante reunião na associação comunitária de Vão da Palmeiras



Fonte: Autor (2025).

A comunidade e lideranças manifestaram consentimento para a realização das atividades previstas na metodologia, demonstrando interesse e acolhimento à pesquisa. A pesquisa contou com integrantes voluntários da Comunidade de Vão das Palmeiras, garantindo diversidade de gênero e de faixas etárias. Idosos contribuíram com saberes tradicionais e experiências acumuladas, enquanto jovens trouxeram visões contemporâneas. A participação feminina teve destaque por seu papel essencial na preservação cultural, assegurando representatividade e equidade de gênero nas conclusões do estudo.

4.3 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS PARA A COLETA DOS DADOS

Baseando-se na metodologia de Lakatos (2023), a pesquisa utilizou habilidades voltadas à aplicação prática na coleta de dados, com o objetivo de alcançar seus propósitos. As técnicas foram divididas em duas categorias principais: **documentação indireta**, que abrange a pesquisa bibliográfica; e **documentação direta**, subdividida em: **observação direta intensiva**, com o

uso das técnicas de entrevista e observação participante¹¹; e **observação direta extensiva**, com a aplicação de questionário e história de vida, esta última desenvolvida por meio da roda de conversa.

4.3.1 RODA DE CONVERSA E QUESTIONÁRIO

A Roda de Conversa é uma possibilidade metodológica para uma comunicação dinâmica e produtiva, que permite que os participantes expressem, concomitantemente, suas impressões, conceitos, opiniões e concepções sobre o tema proposto, assim como permite trabalhar reflexivamente as manifestações apresentadas pelo grupo (Melo; Cruz, 2014).

Alinhados pelo pensamento crítico de Kurt Lewin e a teoria da dinâmica de grupo criada por ele, as rodas de conversa podem ajudar a entender como as pessoas se comportam dentro de pequenos grupos. Evidenciando que o comportamento de cada pessoa é influenciado pelas interações com os outros membros e pelo ambiente ao redor. Ou seja, para entender o que acontece no grupo, é importante olhar para as relações entre as pessoas e o contexto em que estão (Pasqualini; Martins; Euzébios Filho, 2021).

A roda de conversa foi realizada na associação comunitária (Figura 8) e teve como tópico de discussão a seguinte temática: “Modos de produção agrícola da comunidade de Vão das Palmeiras”, com aproximadamente quatro horas de duração a sessão, que foi previamente agendada e planejada em concordância de horário e dia convenientes aos participantes.

¹¹ **Observação Participante:** Consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo.

Figura 8: Roda de conversa



Fonte: JN - Morador da comunidade (2025).

A sessão intitulada **“Modos de produção agrícola da comunidade de Vão das Palmeiras”** teve início com um momento de acolhimento e boas-vindas. O pesquisador iniciou com um agradecimento pela presença e a colaboração de todas e todos da comunidade reunidos em roda. Como forma de valorizar a escuta, o respeito mútuo e a horizontalidade da conversa, cada participante teve a oportunidade de se apresentar e foram reconhecidos como parte fundamental do processo.

Em seguida, apresentou-se brevemente o tema do encontro: “Modos de Produção Agrícola da Comunidade de Vão das Palmeiras”, destacando-se que a pesquisa seria construída de forma participativa e que os verdadeiros protagonistas seriam as pessoas da comunidade, seus saberes e suas experiências. Também foi enfatizado que aquele seria um momento de escuta e aprendizagem para o pesquisador, sobre os conhecimentos de como se planta, como se colhe, como se lida com a terra, com o tempo, com os ciclos da natureza e com os desafios que surgem na comunidade.

A etapa seguinte consistiu na realização de uma breve dinâmica lúdica: cada participante representou, por meio de uma mímica, como havia sido o seu dia. Sem poder utilizar a fala, a comunicação corporal despertou risos e interpretações criativas, proporcionando leveza e aproximando ainda mais os participantes. A terceira parte do encontro foi dedicada à roda de apresentação e ao diálogo mais aprofundado, que será retomado de forma detalhada no tópico Resultados e Discussão.

Após um momento de pausa para o lanche comunitário, as atividades foram retomadas com a aplicação do questionário (Apêndice III, Figura 9), que buscou aprofundar os dados levantados durante a roda de conversa e compreender o perfil da comunidade. Estes momentos também incluíram a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice I) e a solicitação da assinatura dos seis participantes presentes. Para aqueles que não quiseram/puderam ler o termo e as perguntas, a leitura foi realizada pelo pesquisador, em voz alta, ou, por uma pessoa de sua confiança, garantindo que estivessem cientes de seus direitos e da possibilidade de desistência a qualquer momento, sem prejuízos.

Figura 9: Preenchimento do questionário



Fonte: Autor (2025).

Foi adotada uma metodologia ética e responsável, de acordo com a natureza da pesquisa e dos objetivos do estudo, a qual, a anonimização dos dados dos participantes foi garantida por meio da substituição de informações identificáveis por códigos, evitando a associação direta entre o participante e suas respostas. Durante a coleta de dados, os participantes puderam optar pelo total anonimato, e, em ambos os casos, suas identidades não foram mencionadas no material final. Além disso, os dados foram armazenados em ambiente seguro, acessível apenas à equipe de pesquisa, e foram excluídos após a análise, conforme o princípio da minimização de dados previsto na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei 13.709/18).

As perguntas do questionário, estão especialmente associadas às suas tradições culturais, práticas na agricultura familiar e outras atividades desenvolvidas, de maneira objetiva, o que certamente permitiu obter depoimentos cruciais para a narrativa. A coleta desses dados teve como finalidade embasar cientificamente a pesquisa, além de auxiliar na seleção de perguntas e comentários para a gravação do documentário, garantindo a representatividade das informações e sua preservação.

Os dados pessoais, como idade, gênero e tempo de residência na comunidade são necessários para analisar como diferentes grupos interagem com os saberes tradicionais. Já os dados sensíveis, como identidade cultural ou religiosa foram relevantes para compreender a relação entre a ancestralidade e as práticas locais. Contudo, devido a participação voluntária, os participantes poderiam decidir quais informações desejariam compartilhar.

Na sequência, foi realizada a síntese coletiva dos pontos principais discutidos, com a apresentação de comparações entre as falas e organizando os próximos passos. Houve diálogo sobre como seriam feitas as gravações e entrevistas, destacando-se os cuidados técnicos (uso do celular, iluminação, enquadramento, silêncio durante as falas, entre outros). Também foi combinado a elaboração de um roteiro coletivo de filmagens, a escolha dos entrevistados por área/local e horários. Os participantes também concordaram em contribuir com o envio de vídeos e fotos, além da assinatura dos documentos de autorização.

Por fim, formou-se um grupo de participantes voluntários, intitulado “Os sementes” (Figura 10), com o qual foram combinados outros encontros, visando a organização dos desdobramentos das gravações. Além disso criou-se um grupo no WhatsApp com os mesmos, para facilitar a comunicação entre todos os envolvidos. O encontro foi encerrado com agradecimentos a todas e todos pela escuta, pelas falas potentes e pelo compromisso em construir, juntos, essa pesquisa participante e comunitária.

Figura10: Grupo de participantes durante a roda de conversa



Fonte: Autor (2025).

4.3.2 ENTREVISTAS E OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

As observações em campo e as entrevistas semiestruturadas (APÊNDICE IV) de caráter não probabilístico, foram realizadas com pessoas adultas da Comunidade Quilombola de Vão das Palmeiras - CQVP, no período de maio a agosto de 2025. Utilizou-se a técnica de amostragem em rede, também conhecida como “amostragem bola de neve”, na qual os próprios participantes inicialmente entrevistados indicaram outras pessoas da comunidade para participarem da pesquisa (Bauer; Gaskell, 2002).

A pesquisa teve início com um pequeno grupo de seis participantes voluntários, reunidos em uma roda de conversa, que atendiam aos critérios estabelecidos (chamados de “Os sementes”). Esses participantes foram convidados a integrar o estudo, a indicar novos colaboradores e a contribuir no agendamento dos encontros e na mediação durante as conversas.

Ao final de cada entrevista, solicitava-se que indicassem outras pessoas com características semelhantes que também pudessem contribuir com a investigação. Assim, a amostra cresceu gradualmente por meio dessas indicações, como uma bola de neve. Esse método de amostragem facilitou o

acesso a redes de contato que, de outra forma, seria de difícil alcance. A coleta de dados foi encerrada quando se atingiu a saturação, isto é, quando os novos participantes passaram a indicar pessoas da comunidade que já faziam parte do estudo.

As entrevistas realizadas para o documentário basearam-se nas informações obtidas a partir dos dados coletados por meio do questionário e da roda de conversa, resultando na elaboração de um roteiro prévio com perguntas semiestruturadas (Apêndice IV). O objetivo foi captar um panorama amplo das tradições e técnicas agrícolas da comunidade. Antes de iniciar as gravações, foram obtidas as devidas autorizações para o uso de imagem e gravação de áudio, garantindo o respeito à privacidade e ao consentimento dos participantes.

Entre as perguntas que orientaram as entrevistas, destacaram-se: “O que é mais produzido na agricultura da comunidade?”, “Como era o cultivo e a colheita antigamente? O que mudou ao longo do tempo?”, “Quais técnicas agrícolas tradicionais ainda são utilizadas?”, “O cultivo do fumo ajuda na renda da família?” e “Como os mais jovens da comunidade aprendem a plantar fumo? Eles têm vontade de continuar com essa prática?”. Essas questões possibilitaram compreender a continuidade e as transformações nas práticas agrícolas locais, bem como o valor atribuído aos saberes tradicionais pelos moradores.

Segundo Lodi (1974), as respostas de uma entrevista devem atender aos seguintes requisitos: validade, relevância, especificidade e clareza, profundidade e extensão. Lakatos (2003) diz que, a entrevista exige habilidade e sensibilidade; não é tarefa fácil, mas é básica. Quando o entrevistador consegue estabelecer certa relação de confiança com o entrevistado, pode obter informações que de outra maneira talvez não fossem possíveis (Lakatos, 2003, p. 199).

As entrevistas ocorreram de forma individual, em espaços previamente combinados com os entrevistados, respeitando seus horários, rotinas e preferências. O enfoque foi na escuta atenta e respeitosa, priorizando o registro da produção da cultura fumageira – em razão de estarem no período de cultivo do fumo –, bem como dos saberes tradicionais, memórias e experiências de vida. O envolvimento dos jovens garantiu uma maior aproximação entre o pesquisador e a comunidade, fortalecendo os vínculos de confiança e legitimando o processo de coleta de dados.

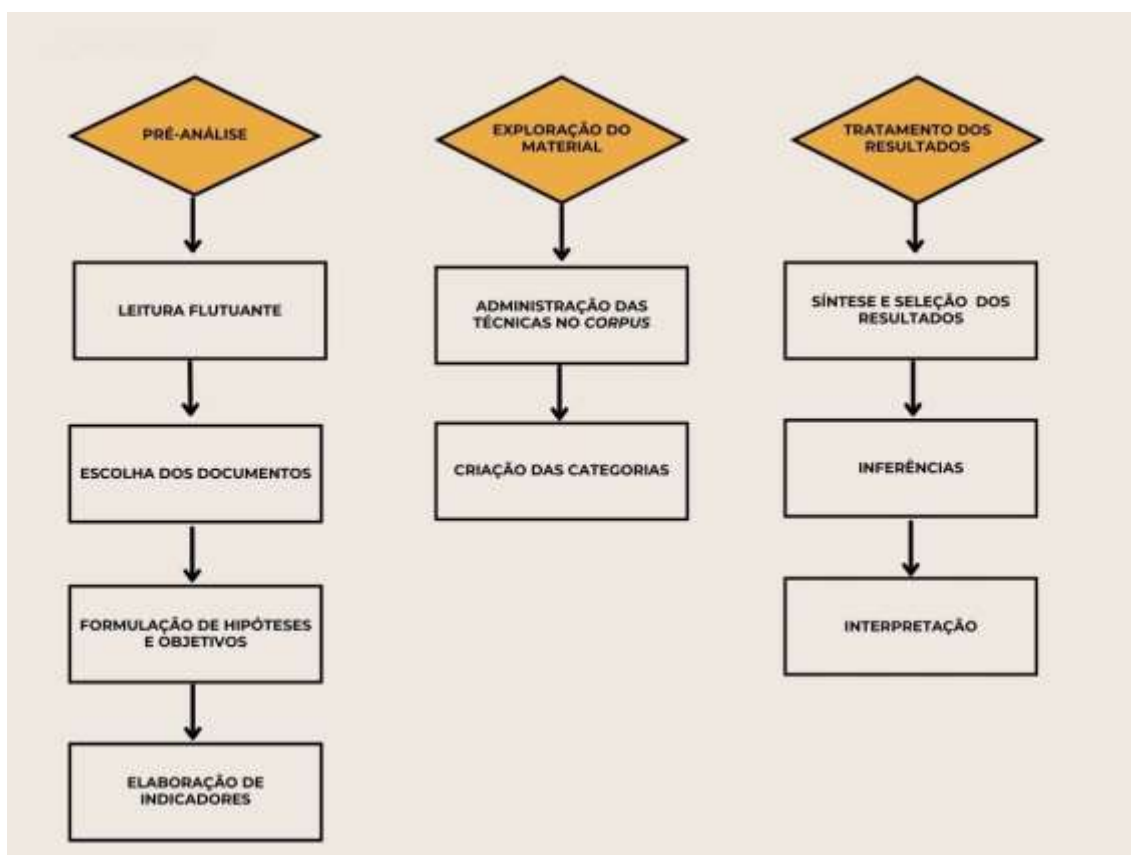
Dos vinte e um entrevistados, aqueles que preferiram manter o anonimato não tiveram sua identidade revelada e as entrevistas foram realizadas individualmente, em um local reservado, com a presença apenas do pesquisador e do participante, o que contribuiu, de forma indireta, para obtenção de depoimentos importantes, mesmo sem identificação ou registros audiovisuais. Além disso, todo o material coletado foi tratado com sensibilidade, garantindo que apenas as informações autorizadas fossem divulgadas.

4.3.3 ANÁLISE DOS DADOS

Para a análise dos dados, utilizou-se a técnica da Análise de Conteúdo e o processo de Categorização conforme Bardin (2016). Por permitir a sistematização das informações obtidas e a interpretação das mensagens de forma aprofundada, identificando sentidos explícitos e ocultos, essa abordagem mostrou-se adequada, pois possibilitou compreender não apenas as práticas agrícolas, mas também o contexto social, cultural e econômico que as sustenta.

Segundo Bardin (2011, p. 15), a análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos em constante aprimoramento, que se aplicam a discursos (tanto em termos de conteúdo quanto de forma) bastante diversificados. Com base em seus estudos, a gestão dos dados segue a seguinte sequência, ilustrada por meio da Figura 11.

Figura 11: Sequência da técnica da Análise de Conteúdo



Fonte: Bardin (2016).

A pré-análise constitui a primeira etapa da organização da Análise de Conteúdo. Nessa fase, foram sistematizadas as ideias preliminares em quatro missões: a leitura flutuante; escolha dos documentos; formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final (Bardin, 2016). Tratou-se, portanto, em estabelecer contato com os dados obtidos da aplicação do questionário e dos relatos das entrevistas, deixando-se invadir por impressões e orientações, de modo a captar o conteúdo e selecionar os documentos que compuseram o *corpus* da pesquisa.

Na sequência, ocorreu a exploração do material, fase que consistiu essencialmente em operações de categorização ou codificação, realizadas em função de regras previamente formuladas (Bardin, 2016, P. 66). As categorias foram organizadas de modo a reunir unidades de registro que expressaram sentidos semelhantes, permitindo uma descrição precisa das características do conteúdo analisado (Bardin, 2016, P. 77).

A terceira fase referiu-se ao tratamento dos resultados obtidos e à interpretação. Nessa etapa, os resultados brutos foram tratados de maneira a se tornarem significativos (“falantes”) e válidos (Bardin, 2016, P. 66), orientando a análise crítica e reflexiva. A gestão dos resultados teve como finalidade, constituir e captar os conteúdos presentes em todo o material coletado por meio dos instrumentos (Fossá, 2013). De posse de resultados significativos e fiéis, foi possível propor inferências e avançar em interpretações relacionadas aos objetivos previstos ou a descobertas inesperadas (Bardin, 2016, P. 66).

O documentário, enquanto produto da pesquisa, foi construído a partir das etapas anteriores de levantamento de informações, realização de entrevistas e da roda de conversa com os moradores da comunidade. Todo esse processo permitiu reunir vozes, memórias e práticas que expressam os saberes tradicionais do território. As etapas de produção e os procedimentos adotados encontram-se detalhados na seção de resultados, evidenciando o caráter participativo e colaborativo dessa construção coletiva.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção serão apresentados os resultados e discussões das análises realizadas a partir das entrevistas, do questionário e das observações dos participantes. Os dados levantados, por sua vez, foram agrupados em cinco categorias: principais culturas agrícolas, práticas produtivas, aspectos econômicos, memória e tradição agrícola, políticas e impactos sociais (Quadro 1).

Durante a roda de conversa, intitulada “Modos de produção agrícola da comunidade de Vão das Palmeiras”, no espaço destinado à apresentação e ao diálogo mais aprofundado, cada participante foi convidado a compartilhar suas práticas agrícolas, saberes herdados de gerações anteriores, técnicas utilizadas no preparo da terra, desafios enfrentados como pragas e seca, e mudanças ocorridas ou permanência nas formas de cultivo. Foram momentos ricos em narrativas sobre o plantio de mandioca, fumo, milho, batata, feijão, limão, melancia, entre outros.

Ao longo das discussões, também se discutiu o trabalho coletivo na agricultura, destacando a continuidade das práticas coletivas de trabalho na comunidade, especialmente na fase da colheita, na destala da folha do fumo, na produção de farinha e no auxílio mútuo entre vizinhos e familiares. Surgiram ainda reflexões importantes sobre os papéis desempenhados por mulheres, homens e jovens na divisão do trabalho, bem como, as principais dificuldades enfrentadas atualmente, como o acesso à água, a praga da lagarta e a estrutura limitada das casas de farinha (Figura 12).

Figura 12: Casa de farinha no Vão das Palmeiras



Fonte: Autor (2025).

As categorias mobilizadas na pesquisa contribuíram para as discussões e para a compreensão do contexto agrícola atual vivenciado por todos os envolvidos, além de terem atendido de forma satisfatória aos objetivos da pesquisa. A seguir, apresenta-se o Quadro 01, que expõe as categorias, os temas, o material analisado e seus respectivos relatos.

Quadro 1- Categorias, temas, número de citações, material analisado e relatos.

(continua)

Categorias	Temas abordados	Número de citações	Material analisado	Relatos
Principais culturas agrícolas	Mandioca; Fumo; Milho; Feijão.	6 6 5 5	Roda de conversa e questionário	“Hoje em dia, o que mais se planta é mandioca e fumo, mas só para o consumo e para ajudar na renda” (Morador P) Antigamente, o forte da agricultura era o café, a banana e a laranja. Nas baixas, era tudo plantado de fora a fora; a gente saía brincando e comia a fruta ali mesmo. Hoje em dia, o que mais se planta é mandioca e fumo, mas só para o consumo e para ajudar na renda (Morador L).
Práticas produtivas	Uso de adubos naturais; Queimada controlada; Técnicas de plantio, colheita e cura do fumo.	5	Roda de conversa, questionário e observações	“Na adubação dos canteiros, utilizamos estrume de porco e de galinha” (Morador J).
Aspectos econômicos	A importância do fumo para a geração de renda	18	Entrevistas e observações	“Teve uma vez que eu entrei na escola e esses tempos era pago no dinheiro. Quem tinha o que pagasse estudava, quem não tinha, não estudava. E eu como não tinha, outra hora sabe como fazia? Tirava era as folhas de fumo nos pés e fazia os mois de fumo, amarrava na cabeceira e amarrava um nó nas pontas e levava na casa de Isaias lá no Velame era que vendia. Era que fazia o dinheiro pra ir pra escola” (Moradora M.).

				“Daqui nós pega e vende. Os cabra compra e depois manda para a picadeira. Nós mesmo não consumimos não. É para a renda mesmo, familiar. A picadeira faz o processo dele lá, e nem na picadeira mesmo fica. Os caminhões vêm e carregam para o meio do mundo e ninguém sabe para onde vai” (Morador C). “A produção tradicional e cultural do fumo é tão importante quanto os demais cultivos para nossa comunidade” (Morador J.).
Memória e tradição agrícola	Narrativas sobre o cultivo do fumo e a transmissão de saberes entre gerações.	11	Entrevistas com idosos agricultores	“Desde que me conheci por gente, era esse negócio de roça de fumo. Era meu avô, meu pai, a maioria de todo mundo aqui, se falar roça de fumo, todo mundo conhece. Já foi desde a criação dos mais velhos, sabe? E aí, os mais velhos vão morrendo, os mais novos vão plantando. É uma cultura, para nós aqui é uma cultura. É bom demais”! (Morador C.). “Comecei a trabalhar na roça desde os 15 anos e, até hoje, continuo trabalhando na roça de fumo. Não sei quando vou parar. Enquanto Deus permitir, eu pretendo continuar na roça. Assim vou levando a vida. Às vezes a roça não produz muito, mas sempre faço umas bolinhas de fumo” (Morador J) 83 anos.

Categorias	Temas abordados	Número de citações	Material analisado	Relatos
Políticas e impactos sociais	Redução do consumo e da comercialização do fumo.	3	Diálogos e entrevistas	“Se fosse para consumo próprio, não tem pulmão que aguenta, porque isso aí é perigoso” (Morador C). “Agora é menos, não é todos que consomem, como consumiam antes não. Muitos ficaram crentes, não fumam. Então o consumo do fumo, baixou mais. A turma não está fumando como antes. Antigamente todo mundo fumava. Quando via um moleque deste tamanho, já estava com um cigarrinho na boca. Muitos moleques estão tudo na igreja e tal, não estão mais consumindo fumo” (Morador C). “Quando o preço está abaixo do mercado, o fumo pode ser guardado na palha de bananeira ou sacos plásticos e vendido no ano seguinte” (Morador P).

Fonte: Autor (2025).

A análise das respostas obtidas mostrou que a mandioca e o fumo se destacaram como as culturas mais mencionadas pelos participantes. Observou-se que, pela sazonalidade agrícola, o fumo aparece como uma estratégia importante para garantir melhores resultados econômicos. Além disso, no período em que a pesquisa foi realizada, entre os meses de março e setembro de 2025, a comunidade vivenciava intensamente a fase do cultivo do fumo¹², o que fez com que essa prática se tornasse ainda mais presente nas falas, nas observações de campo e nos registros, justificando sua centralidade neste estudo.

Esta pesquisa resultou na produção de um documentário em formato audiovisual, que registra os saberes tradicionais relacionados ao sistema de produção agrícola da cultura do fumo, elemento central da investigação. Além disso, as entrevistas também contemplaram temas transversais como: aspectos da cultura local, incluindo a cultura do reisado, que é a mais importante expressão cultural e religiosa local, sendo transmitido de geração em geração como um símbolo de fé, união e identidade. Além do uso das plantas alimentícias tradicionais e plantas medicinais. Esse contraponto à ordem vigente, criado pela força da comunidade, traz uma lição valiosa e solidária. Como expressa a fala da moradora I:

Antigamente, meu pai, o senhor Valdivino, costumava dar comida aos reiseiros. Ele veio a falecer, então sua esposa, a dona Otília, mudou-se daqui e foi morar na rua de baixo. Como eu ficava com dó dos reiseiros passarem o dia todo cantando e sem comer nada, passei a dar café a eles. Depois, em vez do café, passei a dar comida. Enquanto eu tiver vida, vou seguir essa tradição. Santo Reis há de me ajudar (Moradora I).

Segundo depoimento de J, a tradição cultural do Terno de Reis carrega uma longa história familiar:

O Terno de Reis do Vão das Palmeiras existe há mais de 150 anos (Figura 3), comecei com 12 anos acompanhar meu pai. É um reis que

¹² A produção de fumo na região da Chapada Diamantina não se restringe exclusivamente à Comunidade de Vão das Palmeiras, estando presente, em maior ou menor escala, em outras comunidades rurais e tradicionais do território. Essa prática se insere em uma rede local de produção baseada majoritariamente no trabalho familiar, na circulação de saberes tradicionais e em relações de troca e comercialização regional, o que reforça seu papel econômico, social e cultural no contexto local.

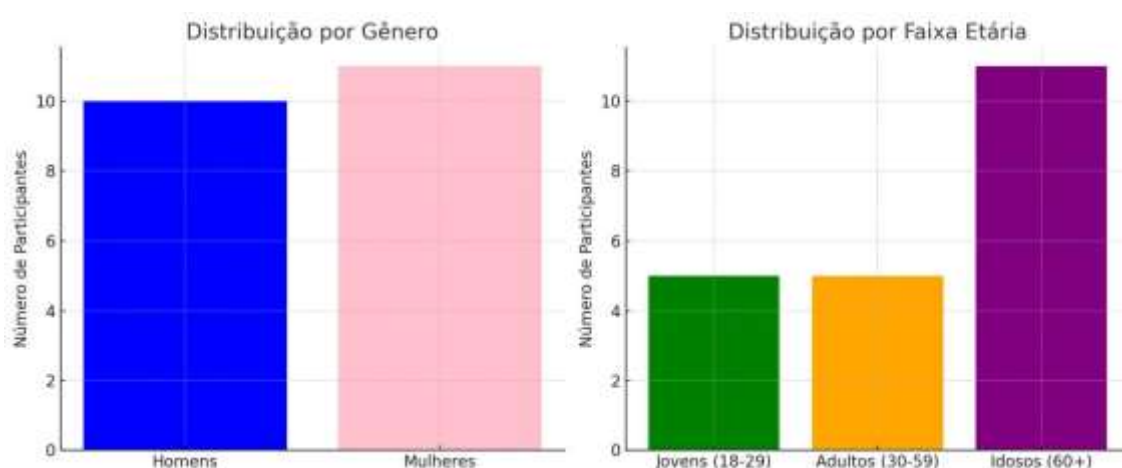
vem de geração em geração, era meu bisavô, meu avô, meus tios e, por último ficou com meu pai, Sebastião, que faleceu com 81 anos de idade. Hoje eu sigo com essa tradição. Era o que meu pai mais gostava, ele fazia tudo pelo Reis (Reiseiro J, 50 anos).

Sobre o uso de plantas medicinais, a senhora F, relata que o uso dessas ervas foi um conhecimento transmitido por seus pais e avós, os quais também lhe ensinaram diversas orações tradicionais. Ela afirma que os remédios utilizados por sua família eram sempre colhidos no mato. Na época, sua mãe, costumava ferver as plantas em uma esculateira e oferecia o chá a ela e aos irmãos. A senhora F destaca ainda que seus filhos nunca precisaram de atendimento médico na infância, pois ela os tratava exclusivamente com remédios caseiros.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

A pesquisa contou, ao todo, com a participação parcial de vinte e uma pessoas moradoras da comunidade, em diferentes momentos da coleta de dados. Deste total, a distribuição por gênero incluiu onze mulheres e dez homens (Figura13). Em relação à faixa etária, cinco participantes foram identificados como jovens (18 a 29 anos), cinco adultos (30 a 59 anos) e onze como idosos (60 anos ou mais).

Figura 13: Distribuição dos participantes entrevistados em Vão das Palmeiras por gênero e por faixa etária.



Fonte: Autor (2025).

Essa diversidade de gênero e de gerações possibilitou contemplar diferentes perspectivas, contribuindo para uma compreensão mais abrangente das práticas agrícolas, saberes tradicionais e dinâmicas socioculturais presentes na comunidade.

5.2 CULTURA FUMAGEIRA DO VÃO DAS PALMEIRAS: CICLO PRODUTIVO DO FUMO

O cultivo do fumo na comunidade, segundo relatos locais, era mais produtivo no passado, devido a um tempo mais chuvoso. A produção depende diretamente das condições climáticas: a muda é retirada do canteiro e transplantada para a roça, mas, sem chuva, não se desenvolve adequadamente. Segundo o agricultor Sr. C, o fumo produzido em roças irrigadas apresenta menor valor comercial, sendo classificado como “de segunda” e destinado, principalmente, à picadeira¹³.

O Sr. C, afirma que a classificação do produto em “primeira” e “segunda” influencia o preço pago pelos compradores, sendo a primeira mais valorizada. Ressalta, ainda, que o ciclo produtivo, desde o canteiro até a comercialização, exige muito esforço e dedicação, sendo uma atividade que nem todos estão dispostos a realizar. Segundo relato do morador C:

Antigamente era mais, porque o tempo era mais chuvoso. Nas roças irrigadas eles saem (produzem), mas já é um fumo que não tem o mesmo valor e qualidade, porque molha direto. É um fumo de segunda, que só serve mais para a picadeira (Morador C).

Com a implantação das políticas públicas de combate ao tabagismo e suas consequências (Lei nº 9.294/1996), houve uma redução crescente do número de fumantes no decorrer dos anos. O Brasil é reconhecido pelo amplo esforço colocado no combate ao uso dos produtos provenientes do tabaco.

¹³ A picadeira de fumo é um instrumento utilizado para cortar (picar) as folhas de fumo em tiras, geralmente antes do processo de comercialização do produto. O tipo mais comum é a artesanal/manual, feita de madeira e lâminas metálicas, muito comum em comunidades rurais e tradicionais.

Reconhecido internacionalmente como o possuidor de uma das maiores legislação para o controle do tabaco do mundo (Cruz, 2023).

Cruz (2023) reforça que para a implementação das medidas contava-se com o apoio da sociedade civil na luta contra o uso do tabaco, o que corresponderia à diminuição do contato e acesso aos produtos derivados, redução da iniciação no uso de tabaco, bem como, implicaria a proibição do uso desses produtos em espaços fechados, de acordo a Lei nº 12.546/2011 (Cruz, 2023).

A produção do fumo na comunidade tem sido afetada não só pela política de combate ao tabagismo, mas também, diretamente pela escassez de chuvas, o que compromete a qualidade e a quantidade da colheita. Diante da instabilidade climática e da variação de preços no mercado, os agricultores recorrem a estratégias de conservação, armazenando o fumo em palhas de bananeira ou em sacos plásticos, de modo a garantir sua comercialização no ano seguinte, quando os valores podem se tornar mais favoráveis. Conforme relato do morador T:

Por que o pessoal da nossa comunidade gosta de plantar o fumo? Porque o fumo aguenta, a resistência dele é grande. O fumo bem tratado depois de curado na bola, ele aguenta três, quatro, até cinco anos. Quando ele está pronto nas bolas em corda e não quer vender este ano, geralmente embala com folha de bananeira ou plástico para não ressecar. Ele dura até seis anos armazenado.

A espécie cultivada na comunidade de Vão das Palmeiras é a *Nicotiana tabacum*¹⁴, uma planta herbácea que floresce e frutifica durante todo o ano (Figura 14). Trata-se de uma espécie de ampla relevância cultural, religiosa e medicinal para diversos povos indígenas e quilombolas, além de possuir expressiva importância social e econômica na história da civilização mundial (Flora e Funga do Brasil, 2025). A planta produz alcaloides, como a nicotina, substância que apresenta propriedades inseticidas, ação fungicida e efeito inibitório do crescimento vegetal (Flora e Funga do Brasil, 2025). Quanto à distribuição geográfica, há registros confirmados nos estados da Bahia, Paraíba

¹⁴ A *Nicotiana tabacum*, tem origem provável na região dos Andes e no noroeste da Argentina. É cultivada em várias partes do mundo para confecção de charutos, cigarros, medicamentos e produtos artesanais. A espécie ocorre em diferentes domínios fitogeográficos, amazônia, caatinga, cerrado e mata atlântica, e está associada principalmente a áreas antrópicas.

e Pernambuco. Na região Nordeste, os nomes populares mais utilizados para a espécie são fumo e tabaco.

Figura 14: Planta do Fumo (*Nicotiana tabacum*) na comunidade de Vão das Palmeiras, Seabra, Bahia



Fonte: Autor (2025).

5.2.1 OPERAÇÕES QUE COMPÕE O CICLO

Todo o ciclo do cultivo do fumo foi registrado em campo, a partir das observações realizadas e das entrevistas com os moradores, de modo que cada detalhe aqui descrito reflete o que foi visto e ouvido na comunidade. O cultivo do fumo, por exemplo, exige diversas e demoradas etapas para a sua produção. Segundo Antonil (2011, p. 195), toda a lavoura e cultura do tabaco consiste, por sua ordem, em semear, plantar, limpar, capar, desfolhar, colher, espinicar, torcer, virar, ajuntar, enrolar, encourar e pisar. Processos que demandam tempo, cuidado e conhecimento acumulado. Nos tópicos cada uma dessas etapas foi analisada, iniciando-se pela:

Localização do canteiro: O terreno (Figura 15) deve ter boa exposição ao sol, possuir boa drenagem e ser plano preferencialmente, obedecendo-se as dimensões de 1,00 m de largura e 10 a 20 de comprimento.

Figura 15: Quintal produtivo de morador em Vão das Palmeiras, Seabra, Bahia



Fonte: Autor (2025).

De acordo o produtor C, em seu quintal produtivo, ao explicar sobre a localização do canteiro, ele relata:

Aqui eu vou queimar primeiro, depois vou cavar ele. Dividir as beiras, colocar aquele estrume que te falei. Se eu quiser queimar eu queimo, se não querer queimar depois do estrume, não precisa queimar o estrume não. Aqui é pra semente do mato não nascer muito no meio das mudas.

Adubação (preparo da terra): A adubação orgânica é feita utilizando-se estrume de animais. Segundo o produtor C., o mais comum é o estrume de porco (Figura 16) e de galinha para jogar no canteiro. Essa adubação acontece de quinze a vinte dias antes da semeadura, para um melhor tratamento do solo.

Figura 16: Estrume de porco - Quintal produtivo de morador em Vão das Palmeiras, Seabra, Bahia



Fonte: Autor (2025).

Semeadura: As sementes (Figura 17) são misturadas em cinza ou areia e semeadas na terra adubada. Em seu depoimento, o produtor C, fala sobre esse processo com muita propriedade e ressalta que:

O primeiro processo é aqui, a semente. Daqui você vai cavacar o canteiro, jogar estrumo, depois vai semear ela e ir molhando até nascer. Depois que nascer, conforme a chuva foi, o cara vai maneirando na molha pra não crescer muito, se não nem vai pra roça (Produtor C).

Figura 17: Sementes de fumo de um produtor de Vão das Palmeiras, Seabra, Bahia



Fonte: Autor (2025).

Manutenção da sementeira: Logo após a semeadura, cobre-se os canteiros com palhas de licuri, regando constantemente pela manhã e ao entardecer, até a germinação.

Retirada das mudas: Faz parte do processo de retirada das mudas para o plantio definitivo uma seleção das melhores. Os agricultores entrevistados aconselham fazer uma rega antes da retirada para facilitar a operação e evitar danos físicos às mudas do canteiro (Figura 18). A época de plantio deve ser de 40 a 60 dias, após a semeadura.

Figura 18: Canteiro de mudas - Quintal produtivo de morador em Vão das Palmeiras, Seabra, Bahia



Fonte: Autor (2025)

Limpeza do terreno e preparo do solo: Para a limpeza utiliza-se a técnica de coivara manual e ferramentas agrícolas. No terreno é feita uma aração, culturalmente chamada de “tomba” pela comunidade. Esse processo é realizado com auxílio de tração mecânica ou manualmente com enxada.

Adubação orgânica e química: Para melhorar o crescimento das plantas, é utilizado um composto feito com talos de fumo misturados a estrume de porco ou outros materiais orgânicos. A palha e os restos de cultura também são incorporados ao solo para melhorar sua estrutura e fertilidade. No cultivo de fumo de corda, os agricultores recomendam um adubo rico em nitrogênio, fósforo e potássio. Além disso, a aplicação de calcário (Figura 19), é fundamental para corrigir a acidez do solo, especialmente em solos naturalmente ácidos. A adubação deve ser realizada antes do plantio, podendo ser complementada com aplicações de ureia em caso de amarelecimento ou desenvolvimento lento das plantas (EMATER, 1981).

Figura 19: Adubação - Roça de morador em Vão das Palmeiras, Seabra, Bahia



Fonte: JB – morador da comunidade (2025).

Plantio definitivo: Em Vão das Palmeiras, os agricultores fazem o plantio em covas obedecendo-se o espaçamento de mais ou menos 0,65 cm entre as plantas e deve ser operado no início da manhã ou final da tarde (Figura 20). De acordo as condições climáticas, o plantio varia entre os meses de maio até julho. Já no período de seca o fumo produz em pouca quantidade, sendo esse ciclo sazonal, um desafio aos produtores.

Figura 20: Plantio das mudas de fumo – Roça de morador em Vão das Palmeiras, Seabra, Bahia



Fonte: JB – morador da comunidade (2025).

Capação (Desolha): Essa prática deve ser feita no período de 40 a 45 dias após o plantio ou quando surgem os primeiros botões florais (Figura 21). Segundo relato do morador T:

Aqui já vai ficando a parte final do fumo. Para as folhas ficarem bem largas e terem um resultado melhor, você vai sempre desolhando, aqui chama o “olho”, vai capando a roça de fumo. E quando você deixa com olho, ele dar uma flor. E dentro do botão ele vai ter uma semente, aí ele vai secar. É onde a turma tira a semente para poder semear o canteiro e começar nova etapa do fumo (Morador T).

Figura 21: Botões florais – Roça de morador em Vão das Palmeiras, Seabra, Bahia



Fonte: Autor (2025).

Desfolha: A operação de desfolha (Figura 22) é repetida de três a quatro vezes manualmente. Este processo é crucial para a qualidade final do produto, influenciando tanto no sabor quanto na textura do fumo de corda. O morador T, explica este processo, afirmando que:

Conforme ela vai amarelando, vamos tirando uma, duas, três folhas, aí ela vai crescendo. Quando vai saindo uns “olhos” de lado, vai quebrando para poder não soquear logo. No início quando ela é nova “olha o talão, a beleza!”. Quanto mais você vai quebrando, ela vai tendo rendimento, aí chega um ponto que ela vai finalizando e as folhas vão ficando fininha. Ela tem um processo que vai crescendo, mas depende da terra e do tratamento (Morador T).

Figura 22: Operação desfolha - Quintal produtivo de morador em Vão das Palmeiras, Seabra, Bahia



Fonte: Autor (2025).

Controle de ervas daninhas e combate de pragas: As ervas daninhas são controladas manualmente com enxada. O controle principalmente da lagarta mandarová (*Erinnyis ello*), é realizado por catação manual.

Colheita: Antecedendo a colheita constroem-se os varais de madeira, dispostas horizontalmente e espaçadas. Construídos os varais, procede-se a colheita (Figura 23) em três fases, denominadas: sapata, baixeiro e primeira.

Figura 23: Colheita – Roça de morador em Vão das Palmeiras, Seabra, Bahia



Fonte: EA – moradora da comunidade (2025).

Secagem: As folhas são penduradas em varais (Figura 24), para secar ao sol. Este processo permite a circulação de ar e a secagem uniforme. No caso da “primeira”, a seca é parcial. Em seguida as folhas são levadas para um “salão” para serem destaladas e enroladas. Segundo o relato da produtora F, ela explica: “Tira as folhas, depois põe para secar, depois destala, depois vai trançar e depois vai tombar. É coisa, aqui para nós não é brincado”!

Figura 24: Processo de secagem das folhas – Roça de morador em Vão das Palmeiras, Seabra, Bahia



Fonte: EA– moradora da comunidade (2025).

Transformação para o fumo de corda: Retira-se dois terços da nervura central, numa operação denominada “destala” (Figura 25). A destala manual, é parte da história e cultura da produção de fumo, sendo um trabalho muitas vezes realizado por mulheres da comunidade (EMATER, 1981), como exposto na fala a seguir:

Tem que tirar os talinhos todinho. Não pode tirar nem ele verde e nem seco demais. Tem que ter a base de tirar ele do estaleiro para tirar o talo, trançar e fazer a bola. É de trabalho, não é todos que tem coragem de fazer. É uma coisa que ocupa muito a pessoa (Agricultora M).

Figura 25: Processo de destala manual – Grupo de mulheres moradoras do Vão das Palmeiras, Seabra, Bahia



Fonte: EA – moradora da comunidade (2025).

Conforme informa o produtor C, as folhas são organizadas em molhos (Figura 26), para que amoleçam e facilitem a confecção das cordas. O mel de fumo (Figura 27), também conhecido como calda de fumo, é um inseticida natural feito a partir da maceração de folhas de tabaco em água. Ele é utilizado para controlar pragas em plantas, como pulgões, cochonilhas, lagartas e ácaros. Após esse processo, as folhas são enroladas em cordas grossas ou finas (Figura 28).

Figura 26: Umidificação das folhas - Quintal produtivo de morador em Vão das Palmeiras, Seabra, Bahia



Fonte: EA – moradora da comunidade (2025).

Figura 27: Mel de fumo - Coleta realizada por morador em Vão das Palmeiras, Seabra, Bahia



Fonte: Autor (2025).

Figura 28: Produção da corda de fumo - Quintal produtivo de morador em Vão das Palmeiras, Seabra, Bahia



Fonte: EA – moradora da comunidade (2025).

Processo de maturação (cura): A corda de fumo é então curada, devendo ser virada diariamente e exposta ao sol por um período que pode variar de 40 a 90 dias, até completar o processo de cura (Figura 28). De acordo o produtor V, o processo de cura do fumo exige atenção constante, especialmente nos primeiros dias:

Todos os dias têm que passar a corda de fumo de um pau para o outro, durante 30 dias. Depois disso, pode ir trocando dia sim, dia não. Até ficar uma semana, até um mês de virar. No começo tem que trocar, porque senão fica com mau cheiro e apodrece a corda toda (Produtor V).

Figura 29: Processo de cura – Residência de morador em Vão das Palmeiras, Seabra, Bahia



Fonte: Autor (2025).

Comercialização: A corda de fumo é armazenada em formato circular e coberta com material plástico ou palhas de bananeira, a fim de garantir sua conservação. O fumo produzido na Comunidade de Vão das Palmeiras é, em sua maioria, vendido por meio de atravessadores. A produção é destinada à picadeira (*Indústria de fumo*) ¹⁵ localizada na comunidade vizinha de Velame, onde passa pelos processos de picagem, torrefação e embalagem para posterior venda (Figura 30). De acordo com o morador JB, essa atividade é uma importante fonte complementar de renda para as famílias da comunidade.

Figura 30: Fumo picado, torrado e embalado para comercialização



Fonte: Autor (2025).

¹⁵ COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE FUMOS VELAME LTDA – Povoado de Velame, Seabra-BA.

5.3 DOCUMENTÁRIO: SABERES TRADICIONAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE VÃO DAS PALMEIRAS, SEABRA-BA: UMA ABORDAGEM DA CULTURA FUMAGEIRA

O documentário foi construído a partir das vivências da própria comunidade, registradas e gravadas in situ, durante o processo de escuta e investigação participativa (Figura 31). Um destaque importante foi a atuação do grupo de pesquisa formado durante a roda de conversa, composto por moradores e jovens da comunidade, que também participaram das entrevistas e assumiram um papel ativo no processo de construção do material audiovisual. Esse grupo contribuiu significativamente ao enviar vídeos, imagens e registros diversos relacionados à temática em questão, oferecendo olhares próprios e ampliando a representação das práticas e saberes locais.

Essa participação coletiva não apenas enriqueceu o conteúdo do documentário, como também reforçou o compromisso ético e metodológico da pesquisa com a valorização da memória e da autoria comunitária. Em seguida, todo o material foi cuidadosamente editado, utilizando o programa “Captions”¹⁶, com o objetivo de garantir um produto coeso, sensível e de alta qualidade.

Figura 31: Entrevista com Josemar – morador da comunidade.



Fonte: Autor (2025).

¹⁶ O Captions oferece ferramentas de edição de vídeo com recursos avançados e de excelente qualidade.

É importante destacar que essa etapa inicial envolveu a organização e interpretação das informações colhidas nas fases de escuta e diagnóstico participativo. A partir dessa análise, os temas centrais foram abordados e selecionados, com foco em práticas agrícolas tradicionais e saberes culturais. Essa revisão garantiu que as narrativas escolhidas estivessem alinhadas com as experiências vividas e expressadas pela própria comunidade.

O mapeamento de locais de destaque para o documentário foi outro ponto importante, para a seleção de áreas de cultivo e casas dos participantes, que de forma voluntária e espontânea ofertaram para a realização de algumas etapas das gravações. Esses espaços foram cuidadosamente selecionados, a fim de que possam retratar, de maneira autêntica, a cultura e o modo de vida local. De posse de tais definições, criou-se um cronograma detalhado, com todas as atividades do roteiro e as particularidades dos locais. O pesquisador realizou as entrevistas e gravações, de acordo com e sempre respeitando as rotinas dos participantes.

5.3.1 ETAPAS DE PRODUÇÃO

Na produção do documentário, o pesquisador reuniu informações de produção agrícola, histórica e cultural por meio de observações locais e entrevistas, nas quais os participantes compartilharam suas experiências, memórias e saberes tradicionais. As entrevistas foram conduzidas de forma participativa, permitindo que os moradores expressassem suas vivências e perspectivas sobre a comunidade.

A equipe de gravação envolvida na pesquisa foi composta pelo grupo de participante, formado na roda de conversa. Os equipamentos necessários para a gravação e edição do documentário foram adquiridos com recursos próprios e incluem, um smartphone com boa câmera e capacidade de gravação, uma câmera fotográfica e um notebook. Durante o processo de filmagem, a equipe seguiu o roteiro e o cronograma, revisando continuamente o material filmado, tanto para ajustá-lo, quanto para corrigi-lo, caso houvesse necessidade.

Paralelamente às gravações realizadas, foram feitas anotações, em caderneta das informações coletadas, por questão de organização e possíveis

correções na edição. Assim sendo, as gravações realizadas na íntegra, garantiram a precisão dos dados coletados e permitiu que as respostas fossem revisadas e analisadas de forma detalhada.

As tradições culturais do Vão das Palmeiras foram documentadas por meio do registro audiovisual e fotográfico, incluindo algumas de suas celebrações, eventos e atividades cotidianas, valorizando as interações sociais e festividades da comunidade. No entanto, a participação nas filmagens foi restrita apenas às pessoas que assinaram o Termo de Autorização de Uso de Imagem e Som.

Um ponto crucial na produção, foi registrar a relação que a comunidade estabelece com a produção agrícola, especialmente no que se refere ao cultivo do fumo e uso de plantas medicinais. As descrições fornecidas pelos agricultores familiares sobre a importância dessas práticas locais foram centrais para o documentário. Foram filmados os processos de produção do fumo, como o preparo da terra, a semeadura, o plantio das mudas, a colheita e todo o manejo de técnicas tradicionais até a sua comercialização.

Essa abordagem garantiu que os saberes tradicionais da comunidade de Vão das Palmeiras fossem registrados de forma respeitosa e profunda, proporcionando uma base sólida para a produção do documentário e a disseminação desses conhecimentos para gerações futuras e públicos externos.

5.3.2 EDIÇÃO E PÓS-PRODUÇÃO

Após as gravações prosseguiu-se com a organização das filmagens realizadas, selecionando as melhores tomadas e eliminando redundâncias, a fim de garantir uma narrativa fluida e envolvente. Esse processo de edição foi crucial para assegurar que o documentário transmitisse a mensagem desejada de forma clara e coesa. Foi utilizado o programa "Captions", uma plataforma de edição de vídeo que facilitou a criação de conteúdo para mídias sociais, tornando o processo mais rápido e acessível.

A narração foi gravada para contextualizar as cenas, explicar práticas e fornecer informações relevantes, utilizando-se de uma linguagem acessível ao

público-alvo e contribuindo, assim, para o enriquecimento da compreensão e conexão do espectador com o conteúdo.

Para garantir a acessibilidade, especialmente para pessoas com deficiência auditiva e falantes de outros idiomas, foram adicionadas legendas ao documentário, assegurando, dessa forma, que o conteúdo fosse acessível a uma audiência mais ampla. Foi utilizada uma trilha sonora com licença de uso livre, selecionada para dialogar com a cultura e o ambiente da comunidade, respeitando a autenticidade que se desejou transmitir.

Por se tratar de uma obra cinematográfica de média-metragem, cuja duração foi superior a quinze minutos e igual ou inferior a setenta minutos, o documentário teve um tempo de exibição dentro desse intervalo, conforme Medida Provisória nº 2.228-1/01 da ANCINE¹⁷. O envolvimento dos participantes na revisão final das filmagens foi fundamental para garantir que as narrativas representassem fielmente suas tradições e práticas, reforçando o caráter participativo e colaborativo da pesquisa.

5.3.3 EXIBIÇÃO DO DOCUMENTÁRIO

O link do documentário foi disponibilizado e os resultados da pesquisa foram compartilhados com os participantes. Além disso, o documentário foi exibido na Comunidade de Vão das Palmeiras, contando com o apoio da comunidade, que cedeu o espaço para a atividade. A sessão teve duração aproximada de duas horas, incluindo a organização do ambiente e a recepção do público, realizada no dia e horário previamente agendados.

Foi produzido um *card* (Figura 32) para promoção e divulgação do documentário, contendo informações relevantes, como horário, data e orientações específicas. A exibição funcionou como um recurso educacional e inspirador, contribuindo para o registro dos saberes da comunidade e

¹⁷ A Medida Provisória da ANCINE nº 2.228-1/01 de 10/09/2001, publicada no DOU de 10/09/2001, pág. nº 3, traduz pelo Inciso VIII, Art. 1º que obra cinematográfica ou videofonográfica de média metragem: aquela cuja duração é superior a quinze minutos e igual ou inferior a setenta minutos.

promovendo o diálogo e a devolutiva (Figura 33).

Figura 32: *Card* de divulgação



Fonte: Autor (2025).

Figura 33: Exibição do documentário com os participantes da pesquisa



Fonte: Autor (2025).

A pesquisa garantiu que os benefícios resultantes do projeto retornassem aos participantes por meio do acesso aos procedimentos adotados e ao documentário produzido como produto. Esse material foi entregue tanto aos

participantes quanto à comunidade, assegurando a valorização e disseminação dos saberes tradicionais e da prática agrícola registrada. Dessa forma, a pesquisa não apenas respeita os princípios éticos, mas também fortalece a identidade cultural e a autonomia da comunidade, assegurando que seus conhecimentos sejam preservados e compartilhados de forma ética e responsável.

Conforme a declaração de compromisso (Apêndice VI), o pesquisador compromete-se a não patentear ou reivindicar qualquer forma de propriedade intelectual sobre os conhecimentos e saberes tradicionais compartilhados pela comunidade envolvida na pesquisa. Além disso, garante que tais conhecimentos não sejam utilizados para fins comerciais ou para qualquer outro propósito que não esteja expressamente previsto no protocolo de pesquisa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A observação e o registro das práticas tradicionais de manejo ambiental e agrícola na Comunidade de Vão das Palmeiras permitiram evidenciar modos de vida, valores e saberes construídos e transmitidos ao longo de gerações. Esses registros não se limitam à preservação do patrimônio imaterial, mas buscam também incentivar práticas que fortaleçam o desenvolvimento produtivo e sustentável da região.

O documentário resultante desta pesquisa representa um instrumento para a valorização dos saberes tradicionais da comunidade, atuando como meio de conscientização, educação e fortalecimento da identidade quilombola, bem como das práticas agrícolas locais. Além disso, configura-se como um produto pedagógico e de visibilidade, capaz de promover o diálogo entre a comunidade e diferentes públicos, aproximando os saberes tradicionais dos conhecimentos científicos.

Acredita-se que, a partir desse processo, novas pesquisas possam surgir, ampliando o reconhecimento, o respeito e a defesa dos saberes e práticas tradicionais. Assim, a continuidade do estudo mostra-se essencial para consolidar os objetivos propostos, permitindo não apenas o registro, mas

também a valorização das experiências comunitárias. Ao compartilhar essas vivências, o produto desta pesquisa contribui para o fortalecimento da memória coletiva e do protagonismo social da comunidade.

No contexto da educação básica, o documentário se apresenta como um instrumento pedagógico capaz de promover a valorização desses saberes, reforçar a identidade local e colaborar com processos formativos comprometidos com a Educação Socioambiental. Espera-se que sua utilização em espaços escolares favoreça reflexões críticas, o diálogo intercultural e o reconhecimento da Comunidade de Vão das Palmeiras como sujeito fundamental na construção de práticas de valorização dos saberes tradicionais.

O documentário apresenta a cultura agrícola do fumo e as práticas produtivas como bases da vida comunitária, relacionando-as à geração de renda e à subsistência. Destaca a memória e a tradição agrícola como elementos centrais da identidade local e evidencia como políticas e fatores sociais impactam diretamente o modo de vida e a continuidade dessas práticas.

7 REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, v. 4, n. 2, p. 379-397, 2000. Tradução.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombolas e novas etnias**. Manaus: UEA, 2011.
- ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.
- ARRUTI, José Maurício. **O Quilombo conceitual**: para uma sociologia do “artigo 68”. Rio de Janeiro, 2003. Texto para discussão, Projeto Egbé – Territórios Negros (Koinonia), Koinonia Ecumênica.
- ASSIS, Luiz F. S. Interdisciplinaridade: Necessidade das ciências modernas e imperativo das questões ambientais. In: PHILIPPI JR. A. et al. **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. São Paulo: Signus. 2000. Capítulo 10, p.183, Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/us000001.pdf>.
- BAHIA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução CEE-BA nº 97**, de 27 de maio de 2024. Salvador: CEE-BA, 2024. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/conselhodeeducacao/sites/site-cee/files/2025-01/RESOLU%C3%87%C3%83%C2%82%20CEE%20N%C2%BA%2097-2024%20ANTIIRRACISTA.pdf>. Acesso em: 18 maio 2025.
- BARBOSA, Aline Miranda. **Geo-grafias racializadas**: comunidades quilombolas e natureza em disputa (Seabra – Bahia) / Aline Miranda Barbosa. – Curitiba, 2022.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229p. Revista Eletrônica de Educação. São Carlos, SP: UFSCar, v.6, no. 1, p.383-387, mai. 2012. Disponível em <http://www.reveduc.ufscar.br>
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BERNARDET, Jean-Claude. **O que é cinema**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é: o que não é**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Diário Oficial da União** – Seção 1 – 18/9/1985, página 13593 (Publicação Original), Coleção de Leis do Brasil – 1985, página 321, v. 6 (Publicação Original).

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). **Relatório Situacional: Transição DAP – CAF – BAHIA**. Brasília, 2023.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade**, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/caatinga/lista-de-ucs/parna-da-chapada-da-diamantina>. Acesso em 07 de agosto de 2024.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em 30 de agosto de 2023.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. **Certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombos (CRQs): Comunidades certificadas** – atualizado até 03/06/2024. Brasília: FCP, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/89ertif/arquivos-menu-departamentos/dpa/comunidades-certificadas/crqs-certificadas-03-06-2024.pdf>. Acesso em 14 de maio de 2025.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. **Certificação Quilombola**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/89ertific-preservacao-e-articulacao/89ertificacao-quilombola> Acesso em 19 de março de 2024.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. **Portaria nº 98**. Instituição do Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares. Brasília, DF, 26 de novembro de 2007.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. **Quadro geral de comunidades remanescentes de quilombos (CRQs): por Estados e Regiões** – atualizado até 03/06/2024. Brasília: FCP, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/midias/arquivos-menu-departamentos/dpa/comunidades-certificadas/quadro-geral-por-uf-e-regioes-03-06-2024.pdf>. Acesso em 14 maio 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar/Gabinete do Ministro. **Portaria MDA, nº 17, de 17 de maio de 2024**. [Brasília]: MDA, [2024]. Disponível em: <https://www.in.gov.br/um/web/dou/-/portaria-md-a-n-17-de-17-de-maio-de-2024-560733198>. Acesso em 22 de maio de 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Parques do Brasil**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://parquesbrasil.turismo.gov.br/>. Acesso em 15 de junho de 2024.

CALHEIROS, Felipe Peres; STADTLER, Hulda Helena Coraciara. **Identidade étnica e poder: os quilombos nas políticas públicas brasileiras**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 133-139, 2010. Acesso em 10 de maio, 2025, em <http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/16.pdf>

CARDÔSO, Cristina, and ORTEGA, Raquel, transl. TESO, P. **Desenvolvimento de projetos audiovisuais: pela Metodologia DPA** [online]. Ilhéus, BA: Editus, 2016, 334 p. ISBN 978-85-7455-448-8. Available from SciELO Books <<https://books.scielo.org/>>. Acesso em 20 de maio de 2024.

Cf. ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. **Bahia lidera estados com quilombolas**. Brasília, 2023. Disponível em: <<https://conaq.org.br/noticias/bahia-lidera-estados-com-quilombolas/>>. Acesso em 26 de agosto de 2024.

CPISP – COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Direitos quilombolas – Legislação Estadual – Constituição Estadual da Bahia**. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2022. Disponível em: <https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/>. Acesso em: 19 abr. 2025.

CPISP – COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Direitos quilombolas – Legislação Federal – Constituição Federal de 1988**. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2025. Disponível em: <https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/>. Acesso em: 19 abr. 2025.

CPISP – COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Direitos quilombolas – observatório-terras-quilombolas**. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://cpisp.org.br/vao-das-palmeiras/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

CRUZ, Adnaelle de Jesus da. **Fumicultura e trabalho: a importância da cultura fumageira e o impacto do fechamento da empresa Agro Comercial na sociedade e na economia cruz-almense**. Santo Antônio de Jesus: UNEB, 2023.

DOMINGUES, Petronio José. **Uma história não contada**. Negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Ed. Senac, 2004.

EMATER – EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE ALAGOAS. **Sistema de produção para a cultura do fumo**. Maceió, 1981.

ESCOBAR, Arturo. Depois da natureza – Passos para uma ecologia política antiessencialista. In: PARREIRA, Clélia; ALIMONDA, Héctor (org.). **Políticas Públicas Ambientais Latino-americanas**. Brasília: Abaré/FlaCso, 2005.

FANON, Frantz. (1961). **Os Condenados da Terra**. Paris: François Maspero.

FASANELLO, Marina Tarnowski; PORTO, Marcelo Firpo. **Luz, câmera, cocriação**: o cinema documentário como inspiração para descolonizar a produção de conhecimentos. Rio de Janeiro, V. 46, N. Especial 6, p. 70-82, Dez. 2022.

FATO, Brasil de. **Lei que inclui a história e cultura afro-brasileira na educação básica faz 20 anos**. Brasil de Fato. Rio de Janeiro, 02 de março de 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/03/02/lei-que-inclui-a-historia-e-cultura-afro-brasileira-na-educacao-basica-faz-20-anos#:~:text=Nascida%20pela%20for%C3%A7a%20das%20ideias,de%20luta%20do%20movimento%20negro>. Acesso em 26 de março de 2024.

FERREIRA, Leila da C. **Ideias para uma sociologia da questão ambiental** – teoria social, sociologia ambiental e interdisciplinaridade. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 10, p. 77-89, jul./dez. 2004. Editora UFPR.

FLEURY, Lorena C.; ALMEIDA, Jalcione. **Populações tradicionais e conservação ambiental**: uma contribuição da teoria social. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 2, n. 3, p. 3-19, 2007. ISSN 198-9735.

Flora e Funga do Brasil. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://floradobrasil.jbrj.gov.br/FB88067>. Acesso em: 17 nov. 2025.

FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. **Proposição de um constructo para análise da cultura de devoção nas empresas familiares e visionárias**. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 60ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FURTADO, Marcella Brasil; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira; ALVES, Cândida Beatriz. Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural. **Psicologia & Sociedade**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100012>. Acesso em 15 de agosto de 2024.

GADOTTI, Moacir. **Educar para a sustentabilidade**. Inclusão Social, Brasília, v. 3, n. 1, p. 75-78, out. 2007/mar. 2008. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1624>. Acesso em 17 de mar. 2025.

GIUDICE, Dante Severo. **Geodiversidade e lógicas territoriais na Chapada Diamantina – Bahia** / Dante Severo Giudice. – Salvador: CBPM, 2012.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio. In: **Horizontes Antropológicos**, ano 11, n. 23. Porto Alegre, 2005, p. 15-17.

HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&a, 1997.

IDSC – BR. **Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil**. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles/2929909/> Acesso em 04 de nov. de 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

KALIL, Maria Rocha. **Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional**, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEFF, Enrique. Complexidade, Interdisciplinaridade e Saber Ambiental. In: PHILIPPI Jr. A. et al. (Org). **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. São Paulo: Signus Editora, 2000. Capítulo 2. P. 29. Disponível em: <http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/us000001.pdf>

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental, Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. São Paulo: Vozes, 2001.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil**: questões conceituais e normativas. Etnográfica, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000. Disponível em: <file:///C:/Users/edyba/Downloads/etnografica-2769.pdf>. Acesso em 28 de maio de 2025.

LODI, João Bosco. **A entrevista: teoria e prática**. 2. Ed. São Paulo: Pioneira, 1974.

MALCHER, Maria Albenize Farias. “Identidade quilombola e território.” **Comunicações do III Fórum Mundial de Teologia e Libertação**. Belém 21 (2009): 399-421.

MELO, Márcia Cristina Henares de; CRUZ, Gilmar de Carvalho. **Roda de conversa**: uma proposta metodológica para a construção de um espaço de diálogo no ensino médio. Revista Docência do Ensino Superior, Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p. 111-129, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. Ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MORIM DE LIMA, Ana Gabriela. Et al. **Práticas e saberes sobre agrobiodiversidade: a contribuição de povos tradicionais**. Brasília (DF): IEB Mil Folhas, 2018.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. 5.ed. Teresina, EdUESPI, 2021.

MOURA, Maria da Glória da Veiga. **Ritmo e ancestralidade na força dos tambores negros: o currículo invisível da festa**. Tese de Doutorado em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Brasília, DF: ONU Brasil, 2015. Disponível em: [Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável | As Nações Unidas no Brasil](#). Acesso em: 17 abr. 2025.

PASQUALINI, Juliana C.; MARTINS, Fernando Ramalho; EUZÉBIOS FILHO, Antonio. **A “Dinâmica de Grupo” de Kurt Lewin: proposições, contexto e crítica**. Estudos de Psicologia, Natal, v. 26, n. 2, p. 161–173, abr./jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.22491/1678-4669.20210016>.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de [et al.] (org.). **Povos e comunidades tradicionais: contribuições para um outro desenvolvimento**. Montes Claros: Editora UNIMONTES, 2016. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/1850/1978> . Acesso em 25 de março de 2024.

PIRES. Margareth Branca (Org.). **Guia de Viagem Chapada Diamantina, 2023**. Disponível em: <https://www.guiachapadadiamantina.com.br/tipos-de-turismo/turismo-cultural/>. Acesso em 04 de outubro de 2023.

POLCRI, Maysa. **Bahia é o estado com mais quilombolas em todo o Brasil, revela censo**. Correio 24 Horas, Salvador, 3 de maio de 2024. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/minha-bahia/bahia-e-o-estado-com-mais-quilombolas-em-todo-o-brasil-revela-censo-0524> Acesso em 3 de setembro de 2024.

REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo, Cia das Letras, 1996, 509p.

RODRIGUES, Bruno de Oliveira (org.). Movimento Negro e a pauta quilombola no Constituinte: ação, estratégia e repertório. In: **Revista Direito e Práxis**, 2019. Disponível em: DOI: 10.1590/2179-8966/2018/31335. Acesso em 26 de março de 2023.

SANTANA, Fabrício Araújo de. Identidade e produção audiovisual: as transformações nas práticas sociopolíticas em comunidades tradicionais. In: **Encontro Baiano de Estudos em Cultura** – EBECULT, 8., 2012, Salvador. Anais [...]. Salvador: UFRB, 2012. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/wp-content/uploads/2012/04/Identidade-e-produ%C3%A7%C3%A3o-audiovisual-.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2025.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023. 112 p. ISBN 978-85-7126-106-8.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos**: modos e significações. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (org.). **Semear outras soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. (Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; v.4).

SEPPIR, Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Guia de Políticas Públicas para Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília, 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. Ed. Um. E ampl. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil**. Educação, Porto Alegre, v. 30, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007. Disponível em: [file:///C:/Users/edyba/Downloads/2745-Texto%20do%20artigo-7741-9748-10-20080314%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/edyba/Downloads/2745-Texto%20do%20artigo-7741-9748-10-20080314%20(1).pdf) . Acesso em: 23 jun. 2025.

SILVA, Simone Rezende. Quilombos no Brasil: A Memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra. **XII Colóquio Internacional de Geocrítica**. 2012. <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/08-S-Rezende.pdf> Acessado em 21 de março de 2024.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor**: uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

UNIC Rio, Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil. **Transformando Nosso Mundo**: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf> Acessado em 14 de março de 2025.

VALENCIA, Mireya; OLIVEIRA, Humberto. **Território e identidade**. Salvador: Coleção Política e Gestão Cultural, 2014. Disponível em: https://www.fao.org/fileadmin/user_upload/AGRO_Noticias/smart_territories/docs/2014_Cartilha_Identidade_Valencia_Oliveira_1.pdf

8 APÊNDICES

APÊNDICE I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Prezado(a) participante,

Eu, Edicacio Souza de Jesus, CPF nº 025.332.455-69, sou pesquisador e estudante de mestrado em Estudo das Ciências Ambientais da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e gostaria de convidá-lo(a) a participar da pesquisa que estou desenvolvendo e coordenando.

A pesquisa se chama: **SABERES TRADICIONAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE VÃO DAS PALMEIRAS, SEABRA-BA: UMA ABORDAGEM DA CULTURA FUMAGEIRA** e seguirá as diretrizes da Resolução 466/12 e da Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que regulamentam pesquisas com seres humanos no Brasil, garantindo a ética e a proteção dos participantes.

Esta pesquisa tem como objetivo **registrar a cultura, os saberes tradicionais e as práticas agrícolas da Comunidade de Vão das Palmeiras**, no município de Seabra – BA. Como resultado dessa pesquisa será produzido um documentário, que servirá para apoiar atividades pedagógicas e valorizar as práticas agrícolas tradicionais e a identidade cultural local. A pesquisa será composta com base na escuta e no diagnóstico participativo dos moradores, utilizando registros escritos, fotográficos, audiovisuais e entrevistas. **A pesquisa será desenvolvida em duas etapas. A primeira será a coleta de dados, realizada por meio da aplicação de questionários e rodas de conversa. A segunda etapa envolverá a gravação do documentário, conduzida por meio de entrevistas. Cada participante que aceitar participar da primeira etapa, será convidado para a segunda, podendo escolher se deseja ou não continuar. Na segunda etapa, está prevista a gravação de áudio e vídeo.**

1ª Etapa - Coleta de dados: Será por meio de roda de conversa, sendo um encontro com duração de quatro horas, preenchimento de questionário escrito com aproximadamente uma hora e trinta minutos. Nesse sentido, a sua participação consiste em passar algumas informações sobre conhecimentos tradicionais, culturais e ambientais, e algumas informações pessoais, como: idade e tempo de residência na comunidade, contidas no questionário. Se autorizar, gravaremos sua fala e depois o (a) Sr. (a) poderá ouvi-la e modificá-la. Os resultados serão apresentados aos participantes, em formato de percentual gráfico e legenda de códigos, garantindo o sigilo e evitando a associação direta entre o participante e suas respostas.

2ª Etapa – Gravação do documentário: Nesta etapa, as entrevistas serão realizadas na própria Comunidade Quilombola de Vão das Palmeiras, com duração aproximada de 15 a 30 minutos. Inicialmente, essas gravações serão acessadas apenas pela orientadora e pelo coorientador dessa

pesquisa. No entanto, garantimos que somente as informações registradas, editadas e autorizadas pelo participante serão utilizadas para fins de pesquisa, divulgação científica e atividades pedagógicas.

Após a entrevista, se for permitido, tiraremos algumas fotos das práticas agrícolas e culturais, e do(a) participante da pesquisa. O (a) Sr. (a) possui total liberdade para escolher o local onde iremos conversar, além de escolher se poderei ou não publicar as imagens registradas.

Há alguns riscos que envolvem a sua participação, como o constrangimento pela observação do pesquisador na sua rotina de trabalho ou por algumas perguntas que possamos fazer a respeito de questões pessoais, também podem existir alguns riscos relacionados ao estudo devido a possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano. Como providência para evitar essas situações, informamos que o (a) Sr. (a) poderá, a qualquer momento, optar em não responder às perguntas contidas no formulário e interromper sua participação na gravação do documentário a qualquer momento.

A sua participação pode trazer benefícios diretos e indiretos para os participantes e para a comunidade, tais como: Registro e valorização dos saberes tradicionais da comunidade, contribuindo para sua preservação cultural; Promoção de visibilidade sobre as práticas sustentáveis e agrícolas locais; Produção de um documentário, que será exibido na comunidade e em espaços educacionais, servindo como material de divulgação e educação; Possibilidade de geração de impactos positivos no desenvolvimento comunitário, a partir da valorização dos conhecimentos locais. Embora não haja benefícios financeiros diretos para os participantes, a pesquisa poderá trazer reconhecimento e fortalecimento da identidade comunitária.

Gostaria de salientar que a sua participação não é obrigatória e que pode desistir a qualquer momento se assim decidir, sem que seja necessária qualquer justificativa, bastando para isso me informar a sua decisão. Sua recusa não lhe trará nenhum prejuízo. Caso sinta-se de alguma forma prejudicado (a), ofendido (a) ou constrangido (a) pela abordagem, conteúdo da pesquisa ou da pela forma como a entrevista está sendo conduzida, há garantia de assistência integral e imediata, de forma gratuita, pelo tempo que for necessário, além do direito de indenização sobre eventuais danos decorrentes dessa pesquisa.

Gostaria de lhe informar também que não haverá nenhum tipo de benefício financeiro para nenhuma das partes envolvidas, a não ser como forma de ressarcir-lo sobre possíveis despesas geradas por essa pesquisa. O (a) Sr. (a) receberá uma via deste termo assinado por mim, com o meu e-mail (edicacio.jesus@enova.educacao.ba.gov.br), celular: (75) 99859-6010 e endereço Rua Simpliciano Lima, 984, Tamboril, Seabra-Bahia, CEP 46900-000. Todas as páginas deste termo estão rubricadas pelo pesquisador responsável desta pesquisa. Depois de finalizar o trabalho, voltarei para mostrar os resultados. O retorno aos participantes será, de início, uma divulgação dos principais resultados registrados na dissertação e exibição do documentário, enquanto produto dessa pesquisa.

A importância desse consentimento para o desenvolvimento da pesquisa é uma exigência do Comitê de Ética em Pesquisa Humana da UEFS (CEP-UEFS), que atua como órgão de controle

e sugestão para a melhor adequação de projetos de pesquisa que envolva seres humanos. A emissão desse termo é uma forma de zelar pelo participante da pesquisa, garantindo que o pesquisador siga todas as normas necessárias para execução da pesquisa. Para contatos com o CEP: e-mail (cep@uefs.br), telefone: (075) 31618124, celular (75) 99847-7655 e endereço Universidade Estadual de Feira de Santana, Módulo 1, MA 17, Avenida Transnordestina, S/N, Bairro: Novo Horizonte, Feira de Santana – Bahia. Horário de atendimento: segunda a sexta, das 13h às 17h. Para garantir a validade do termo, é necessário que todas as páginas sejam rubricadas pelo pesquisador responsável e pelo(a) participante/responsável legal.

_____, ____ de ____ de 2025.

Edicacio Souza de Jesus (Pesquisador responsável)

Participante da pesquisa

APÊNDICE II**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE IMAGEM E SOM**

Eu, _____, portador(a) do CPF _____, AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos, para ser utilizada na pesquisa, intitulada **”SABERES TRADICIONAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE VÃO DAS PALMEIRAS: UMA ABORDAGEM DA CULTURA FUMAGEIRA”**, responsável: Edicacio Souza de Jesus, sediado na Rua Simpliciano Lima, 984, Tamboril, Seabra-BA, CEP 46900-000, a utilizar a minha imagem, em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e voz, capturados para o documentário da pesquisa.

_____, dia ____ de _____ de _____.

(Assinatura do participante)

APÊNDICE III

QUESTIONÁRIO

Convidamos a (o) Sra. / Sr. para participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada “SABERES TRADICIONAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE VÃO DAS PALMEIRAS, SEABRA, BA: UMA ABORDAGEM DA CULTURA FUMAGEIRA”, que está sob a responsabilidade do pesquisador Edicacio Souza de Jesus, mestrando do Programa de Pós-graduação em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais - UEFS, e está sob orientação da Profª Drª Consuelo Lima Navarro de Andrade.

Este questionário tem a intenção de colher informações gerais da Comunidade Quilombola de Vão das Palmeiras em Seabra-BA, a fim de posteriormente relacionar os dados gerais apresentados sobre o perfil da comunidade que comporão análise da pesquisa.

Informações Pessoais:

1. Data de nascimento:
2. Gênero:
 - a) Masculino
 - b) Feminino
 - c) Outro
 - d) Prefiro não responder
3. Tempo de residência na comunidade:
 - a) Menos de 1 ano
 - b) 1-5 anos
 - c) 6-10 anos
 - d) Mais de 10 anos
 - e) Desde que nasci

Dados Culturais:

4. Quais são as principais festas e celebrações tradicionais da comunidade?
 - a) Festa Junina
 - b) Festa de Santo Reis

- c) Festa do Padroeiro
- d) Novembro Negro
- e) Cosme e Damião
- f) Todas

5. Quais são as tradições culturais mais importantes para sua comunidade e que são passadas de geração em geração?

- a) Caruru
- b) Reisado
- c) Artesanato
- d) Rituais religiosos
- e) Cerimônias de colheita
- f) Contação de histórias
- g) Romaria
- h) Outras:

Culinária Tradicional:

6. Quais são os pratos típicos e como são preparados?

7. Quais são os ingredientes locais mais utilizados na culinária da comunidade?

Conhecimentos e Saberes Ancestrais

8. Quais conhecimentos ancestrais são mais valorizados na comunidade?

- a) Técnicas de plantio
- b) Medicina tradicional
- c) Artesanato
- d) Costumes e rituais

9. Como esses saberes são preservados e transmitidos entre as gerações?

- a) Através de práticas comunitárias
- b) Através de registros escritos e documentos.
- c) Por meio de histórias orais e tradições familiares.
- d) Com o uso de tecnologias modernas e redes sociais.
- e) Por intermédio de instituições educacionais.
- f) Outros:

Técnicas tradicionais na Agricultura:

10. Quais são as principais culturas agrícolas da comunidade?

- a) Milho
- b) Feijão
- c) Mandioca
- d) Café
- e) Fumo
- f) Outras, quais?

11. Quais os métodos tradicionais de plantio são utilizados?

- a) Rotação de culturas
- b) Uso de adubos naturais
- c) Plantio em terraços
- d) Queimada controlada
- e) Outros:

12. Existem plantas medicinais cultivadas e/ou coletadas na comunidade? Quais são e como são usadas?

Aspectos Ambientais:

13. Como a comunidade lida com a preservação do meio ambiente local?

- a) Coleta seletiva de lixo
- b) Reflorestamento
- c) Educação ambiental
- d) Restrição de caça e pesca
- e) Outros e quais?

Contexto da Educação na Comunidade:

14. Anualmente, a escola participa ativamente das atividades **culturais** da comunidade?

- a) Frequentemente (mais de 5 vezes)
- b) Ocasionalmente (entre 3 e 5 vezes)

- c) Raramente (entre 1 e 3 vezes)
- e) Nunca

15. Anualmente, a escola participa ativamente das atividades **ambientais** da comunidade?

- a) Frequentemente (mais de 5 vezes)
- b) Ocasionalmente (entre 3 e 5 vezes)
- c) Raramente (entre 1 e 3 vezes)
- e) Nunca

Outras Informações:

- Há algo mais que você gostaria de compartilhar sobre a cultura ou as práticas agrícolas da comunidade?
- Alguma sugestão ou comentário adicional sobre a pesquisa de mestrado?

Agradecemos sua participação e contribuição para nossa pesquisa! Obrigado!

APÊNDICE IV

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Identificação:

- Data:
- Idade:
- Tempo de moradia na comunidade:

Questões norteadoras:

- Quais tradições culturais ou religiosas são mais antigas e ainda são mantidas?
- O que é mais produzido na agricultura da comunidade?
- Como era o cultivo e a colheita antigamente? O que mudou?
- Quais técnicas agrícolas tradicionais vocês ainda utilizam?
- O(a) senhor(a) lembra de alguma história ou acontecimento marcante envolvendo o fumo na comunidade?
- O fumo já foi mais importante do que hoje? O que mudou com o tempo?
- Como é que o povo faz para plantar e colher o fumo? O que precisa fazer primeiro e depois?
- O cultivo do fumo ajuda na renda da família?
- O plantio do fumo mudou alguma coisa na terra, nas plantações ou na natureza?
- Como os mais jovens da comunidade aprendem a plantar fumo? Eles têm vontade de continuar com essa prática?
- Quais as plantas medicinais mais usadas na comunidade e para que serve?
- Quais as plantas que o (a) senhor (a) utiliza como remédio?
- Como o (a) senhor (a) prepara os remédios? Em forma de chá, banho, garrafada, pomada?
- Alguma vez o (a) senhor (a) viu alguém sarar de algo grave só com a força das plantas e da fé?
- O que gostaria que não fosse esquecido sobre os saberes tradicionais de Vão das Palmeiras?

Muito obrigado por compartilhar sua história e conhecimento com a gente! Gostaria de acrescentar algo mais?

APÊNDICE V

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

Eu, Edicacio Souza de Jesus, portador do documento de identificação nº 1387228625, na qualidade de pesquisador, do projeto SABERES TRADICIONAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE VÃO DAS PALMEIRAS, SEABRA-BA: UMA ABORDAGEM DA CULTURA FUMAGEIRA, comprometo-me formalmente a respeitar e garantir a proteção dos conhecimentos e saberes tradicionais compartilhados pela comunidade envolvidas na pesquisa, em conformidade com os princípios éticos e legais vigentes.

Declaro, sob minha inteira responsabilidade, que:

1. Não reivindicarei patentes, direitos autorais ou qualquer outra forma de propriedade intelectual sobre os conhecimentos, saberes e práticas tradicionais compartilhados pela comunidade participante da pesquisa.
2. Não utilizarei os conhecimentos adquiridos para fins comerciais, industriais ou quaisquer outros objetivos que não estejam expressamente previstos no protocolo de pesquisa aprovado e acordado com a comunidade.
3. Reconheço o direito das comunidades sobre seus saberes e práticas tradicionais, comprometendo-me a garantir sua preservação e valorização, respeitando os princípios da autodeterminação e do consentimento prévio, livre e esclarecido.
4. Assegurarei que os produtos da pesquisa, incluindo publicações, documentários, registros audiovisuais e outros materiais, serão utilizados exclusivamente para fins científicos, educativos e culturais, conforme descrito no protocolo aprovado.
5. Garantirei a transparência e a devolutiva dos resultados da pesquisa à comunidade, promovendo o acesso ao conhecimento produzido e incentivando a participação ativa dos envolvidos.
6. Respeitarei a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/18) e outras normativas aplicáveis, garantindo o sigilo e a confidencialidade das informações sensíveis compartilhadas.

Declaro estar ciente de que o descumprimento destes compromissos poderá acarretar consequências éticas e legais, além de comprometer a relação de confiança estabelecida com a comunidade.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Seabra-Bahia, 20 de março de 2024.

Assinatura

Edicacio Souza de Jesus

Pesquisador

Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS